

poder-massas e poder-reacção, foram geralmente nacionalizados os mais importantes sectores da economia, lançada a reforma agrária, criados novos mecanismos de distribuição. Se nos é permitida uma divagação psicanalítica, diremos que, no primeiro período após a conquista do poder, se manifesta uma espécie de «triângulo» do tipo *eu* (partido, poder)-*alter ego* (massas)-*super ego* (forças reaccionárias): o partido (ou o poder, com que praticamente se confunde nesse momento) vê a necessidade de um certo «realismo revolucionário», que lhe aconselha algumas concessões para ganhar o apoio mais largo possível para o avanço revolucionário, para manter o aparelho produtivo em funcionamento, para se poder consolidar e criar novas estruturas, mas defronta-se, por um lado, com o *élan* incontido das massas (que ele próprio desencadeou e em que se apoiou para a conquista do poder), que tende a comprometer certas alianças de classe, a alienar certas categorias que conviria, pelo menos, manter «neutras» (os técnicos e quadros, os pequenos empresários e proprietários, etc.); por outro, defronta-se com as tendências conservadoras (ou mesmo claramente reaccionárias) de classes ou fracções de classe que, ameaçadas nos seus pequenos ou grandes privilégios anteriores, actuam — consciente ou inconscientemente — no sentido de fazer regressar tudo à «velha ordem». A acção conjugada destes dois últimos factores vai obrigar o poder a ir *mais longe* do que inicialmente previra, mas *não tão longe* quanto as massas «espontaneamente» exigiriam: daí que, em última análise, seja a tensão partido-massas que irá determinar o futuro do processo, já que se admite que, no final do primeiro período, a acção das forças contra-revolucionárias foi, em grande parte, anulada (ainda que se mantenha sempre, sob várias formas, inclusive no seio mesmo das massas, por via ideológica — de contrário acabaria aí a luta de classes). Na verdade, o que sucede é a transferência de uma parte do anterior *super ego para dentro* das estruturas do poder: daí que venha a surgir o «conservadorismo revolucionário», representado pela própria burocracia; ou seja,

que a luta de classes se instale *dentro* dessas mesmas estruturas. O exemplo mais típico daquela acção «triangular» é o da Revolução Russa. Estava fora das intenções do Partido Bolchevique, por exemplo, proceder rapidamente a uma nacionalização maciça da indústria (ver Cap. I, p. 55). Referindo-se aos primeiros meses depois de Outubro, diz Carr (*BR-II*, p. 87): «Dois qualificativos eram usados na literatura soviética para classificar a política de nacionalizações nesse período. Um era “punitivo”, significando que o seu motivo era vencer ou punir a resistência ou sabotagem dos capitalistas; outro era “espontâneo”, significando que era principalmente o resultado da acção local pelos trabalhadores, não de decisão da autoridade central.» É a evidência mesma da tal «dupla pressão» exercida sobre o governo revolucionário. Já no caso cubano, em que a relação poder-massas («Partido» só mais tarde, em 65, viria a constituir-se) era, de um modo global, muito mais «forte», no sentido em que as massas *aceitariam* muito mais facilmente as orientações de um poder revolucionário extremamente «popular» e com relações muito directas com a população, é o factor «reacção» que vai dar os impulsos decisivos, que vai dinamizar irreversivelmente a própria dialéctica poder-massas. Segundo Dumont, as medidas de nacionalização dos bens americanos do Verão de 1960 «são essencialmente de retaliação, dirigidas contra as manobras financeiras e o poder económico do inimigo imperialista, ao qual se responde taco a taco, no meio da alegria popular e da amargura dos burgueses. (...) Mas esta reacção vai desencadear uma *aceleração do processo de socialização*, que sem dúvida não teria tido lugar num ambiente internacional menos tenso» (*CSD*, p. 41).

É assim, pois, que, de qualquer modo, ao abordar o período de «recuperação», o Estado revolucionário controla, ao menos juridicamente, a totalidade da *economia*, e o seu poder *político* está assente em bases relativamente sólidas (embora na Rússia de 1921, a «viragem» da N. E. P. tenha representado ainda o último passo de tal consolidação *política*, já que,

esmagada militarmente a contra-revolução, a agitação nos campos, com numerosas sublevações, se torna inquietante na segunda metade de 1920).

Não é por acaso, portanto, que é durante esse período de recuperação que se vão montar os mecanismos fundamentais do futuro desenvolvimento socialista, que se vão processar os «grandes debates» sobre a organização da economia socialista. Assim sucedeu na Rússia entre 1923 e 1926, com a polémica Bukharine-Preobrajensky, em Cuba entre 63 e 65 com a polémica entre Guevara e os ideólogos ligados ao P. C. Cubano (apoiados, na circunstância, por Ch. Bettelheim). Curiosamente, na China, só bem mais tarde, como já atrás se referiu, se libertou a «imaginação revolucionária» no domínio da economia (colocando-a justamente *sob o comando* da política): os primeiros anos foram de aplicação do «modelo» soviético. É ainda neste período que vai ser lançada a «planificação». Só por pura demagogia se pode pensar, mesmo num país com certo grau de desenvolvimento económico, que a planificação económica arranque imediatamente após a revolução. O poder revolucionário poderá, quando muito, manter um certo controlo durante o período de desagregação económica que, como vimos, se acentua ainda nos primeiros tempos (anos), e conseguir uma melhor ou pior *coordenação* no período seguinte. É durante este último que se estabelecerão os critérios e as formas de planificação mais adequadas e se elaborará o primeiro plano. Assim sucedeu, aliás, em qualquer dos três casos que estamos a examinar: o I Plano Soviético arranca em 1929, o chinês em 1953, o cubano (após uma tentativa falhada em 62) em 1966¹⁷ — isto é, doze, quatro e sete anos após a conquista do poder. No Anexo 1 esboçamos uma «formalização gráfica» da evolução económica pré e pós-revolucionária, que será útil consultar neste momento.

Como já referimos, toda esta primeira etapa é extremamente fecunda em experiências e «ideias novas» nascidas da

¹⁷ E nem sequer é ainda um plano global, mas sobretudo dirigido ao sector-chave açucareiro. O I Plano Quinquenal está neste momento em elaboração.

prática ou da elaboração teórica. O agulhão do «isolamento», da «autonomia» em parte desejada, em parte forçada, esteve na origem de grande parte delas (e por isso mesmo na China só a partir de 58-60 se verifica a grande eclosão de «ideias novas»). Sem preocupações de sistematização, podemos recordar como contributos importantes para a acumulação de experiência (teórica e prática) na «construção do socialismo»: as numerosas experiências, mais ou menos «democráticas», de gestão de unidades e sectores produtivos (por exemplo, direcção colegial/direcção única; papel dos quadros e especialistas, dos sindicatos, etc.), as experiências de circulação não monetária de produtos, a criação de novos sistemas de distribuição, o orçamento como instrumento da luta de classes (como forma de «investir no socialismo»), o combate à noção clássica de «rendibilidade», as novas formas de exploração agrícola, a «explosão» da iniciativa popular nos mais variados campos e as soluções inovadoras a que conduziu (nomeadamente no desenvolvimento de «tecnologias anticapitalistas»), a tentativa (em muitos casos voluntarista, mas deixando «resíduos» politicamente essenciais) de desmonetarização da economia, as várias formas de redinamização económica *controlada* (desde a centralização das «encomendas» pelo Estado até às empresas «provisoriamente mistas» da China), a noção de «desenvolver sem investir» (investir no sentido clássico, pois tal noção implica um forte «investimento» ideológico-político), a crítica dos «estímulos materiais», o conceito de «acumulação primitiva socialista», os «modelos» alternativos de desenvolvimento (prioridade à indústria pesada, prioridade à agricultura)¹⁸, os sistemas de preços (não só dentro do Estado de transição como *entre* Estados «socialistas»), etc. Apa-

¹⁸ Alec Nove, na sua obra já citada, diz a este respeito: «Poderia dizer-se que a economia do desenvolvimento nasceu aí [na U. R. S. S. dos anos 20]» (p. 129). Devido às circunstâncias concretas que tiveram de enfrentar «os teóricos e práticos soviéticos encontraram-se no papel de pioneiros. Sejam quais forem as fraquezas que se tenham revelado no seu pensamento e na sua acção, deve sublinhar-se que eles não poderiam ter ido aprender nada de útil no Ocidente, que só começou a discutir estes problemas a partir de 1945, ou mesmo 1955» (*idem*, p. 130).

rentemente, esta lista refere-se apenas ao campo *económico*. Na realidade, todos os exemplos apontados são eminentemente *políticos*, tanto como os contributos, também na aparência, de natureza estritamente política: a discussão sobre a «natureza» de classe do Estado revolucionário, a discussão sobre o (e a prática do) centralismo democrático, a verificação da persistência da luta de classes durante a fase de transição e a prática das «alianças de classe», a já tantas vezes referida questão da dialéctica partido-massas, a revolucionarização ideológica, etc. Examinaremos algumas destas questões e experiências na terceira parte deste capítulo («Alguns Aspectos Fundamentais da Transição»).

Resta abordar a etapa seguinte, em que propriamente se inicia a «construção do socialismo». Será aquela que, embora possa parecer paradoxal, nos merecerá uma atenção menos cuidada. A razão é afinal bem simples: todas as considerações que temos vindo a fazer têm por objectivo essencial a discussão do que em Portugal se processou nos últimos dois anos, e não propriamente efectuar uma elaboração teórica sobre a transição para o socialismo. Aqueles que tal assunto queiram aprofundar ficarão muito mais bem apetrechados lendo as principais obras de Bettelheim¹⁹ do que com quaisquer lucubrações a que de momento nos poderíamos dedicar. Ora, já se terá certamente evidenciado através do que vimos escrevendo, que Portugal nunca chegou, nem de longe, a abordar a problemática da «construção do socialismo». Nunca passou de facto de uma caracterizada situação pré-revolucionária (em que se mantém), o que torna de particular utilidade o exame da problemática do imediatamente *antes* e do imediatamente

¹⁹ Muito em particular: *Planification et Croissance Accélérée* (Maspéro, 1964), *A Planificação Socialista da Economia* (tradução portuguesa, Edições 70, seg. a 3.ª edição francesa de 1966), *A Transição para a Economia Socialista* (tradução brasileira, Zahar, seg. a 1.ª edição francesa de 1968) e *Cálculo Económico e Formas de Propriedade* (tradução portuguesa, Edições D. Quixote, seg. edição francesa de 1970). Além de numerosos artigos e estudos localizados, sobretudo relativos à União Soviética, China e Cuba.

após uma tomada de poder revolucionário: fases que, de qualquer modo, condicionam decisivamente a transição para o socialismo, e no limite, mesmo, se podem considerar parte inseparável dela.

Já vimos, no Cap. I, que tem pouco sentido delimitar por datas o fim da etapa de «transição para o socialismo», que alguns situam no momento em que se encontram praticamente colectivizados na totalidade os meios de produção. Recordamos aqui, a propósito, a tese castrista de transição simultânea para o socialismo e para o comunismo. É o início dessa etapa? É também difícil datá-lo e desde já sublinhamos que o facto de termos situado o fim da primeira etapa segundo critérios *aparentemente* económicos (os níveis de produção e, em princípio, de consumo terem reencontrado os valores de antes do período pré-revolucionário) suscita dois óbvios comentários: por um lado que se trata de critério «de comodidade» e que merece por isso razoáveis reservas; por outro que, no entanto, apenas aparentemente esse critério é económico, na medida em que tal situação só pode ter sido atingida por via de uma consolidação do poder político. A questão está em saber *como* foi conseguida tal consolidação, e se a resposta a essa pergunta não envolve dúvidas sérias quanto à própria natureza do processo, do «socialismo» para que se caminha. Reconhece-se por certo nesta formulação a presença, uma vez mais, dos problemas da «degenerescência» na União Soviética, cujas raízes, repetimos, se situam plenamente na primeira etapa (1917-1926/27) e não posteriormente. O mesmo é dizer que em 1929 só formalmente a União Soviética «arrancou para o socialismo»: arrancou sim para uma *economia planificada*, o que é bem distinto. Na mesma ordem de ideias, diríamos que a China só arrancou verdadeiramente para o socialismo a partir de 57-58 e, quanto a Cuba, é cedo para saber se o I Congresso do P. C. Cubano, em Dezembro de 75, não marcará um perigoso desvio ao processo que vinha sendo trilhado, e se as soluções agora adoptadas para o «Sistema de Direcção da

Economia»²⁰ não resultam numa renúncia à «imaginação» em favor da segurança de um «modelo».

O que caracteriza, ou *deve* caracterizar, a etapa de transição propriamente dita? Na linha do que expusemos atrás, a etapa de transição deverá ver *simultaneamente* uma gradual preponderância das relações de produção socialistas sobre as relações de produção capitalistas, e uma gradual «revolucionarização» ideológico-política, no sentido de um aprofundamento constante da «consciência socialista» das massas (o *colectivo* sobrepondo-se ao *individual*), e de uma interpenetração poder de Estado-poder das massas tendendo a um cada vez maior desequilíbrio em favor do segundo termo. Só se estiverem presentes *ambos* os elementos, só se a luta de classes se desenvolver constantemente de forma a que as contradições sejam «resolvidas» no sentido do *avanço* e não do *retrocesso* de qualquer deles, se poderá rigorosamente falar de transição para o socialismo. Acentua-se aliás a implicação *necessária* entre os dois elementos: o económico e o político-ideológico. E também o facto de que é o último o *dominante*. Charles Bettelheim expõe a questão com a maior clareza, sobretudo no livro *Cálculo Económico e Formas de Propriedade*, onde parte da constatação de que a «*dupla separação — a separação dos trabalhadores dos seus meios de produção* (que tem como contrapartida a posse desses meios pelas empresas, isto é, pelos seus dirigentes) e a *separação das empresas umas das outras* — (...) constitui a figura central do modo de produção capitalista, servindo de suporte ao conjunto das contradições desse modo de produção, uma vez que estas opõem o carácter “privado” da propriedade ou da posse ao carácter social das forças produtivas» (*op. cit.*, p. 108). Mas, «e é este o aspecto fundamental, a figura da dupla separação é um efeito *das próprias relações de produção* e, portanto, das condições em que se opera, sob a dominação das relações de produção, a com-

²⁰ Ver *I Congresso do Partido Comunista de Cuba — Relatório do Comité Central*, Edições Avante, Março de 1976.

binação das forças de trabalho e dos meios de produção» (*idem*, p. 109). Ora, «as forças produtivas que se desenvolvem no interior de determinadas relações de produção não “produzem” novas relações de produção» (*idem*, p. 110), ou seja, tendem a *reproduzir as mesmas* relações de produção. «Quando aparecem novas relações de produção, elas começam por exercer a sua acção sobre forças produtivas historicamente dadas. É esta acção que *transforma* as forças produtivas e lhes impõe uma *determinada estrutura»* (*idem*, p. 110). «No nível económico, o período de transição para o socialismo é aquele em que as relações de produção socialistas *transformam* o carácter das forças produtivas» (*idem*, p. 109). O que leva o mesmo autor a observar que a transição para o socialismo «não pode assentar exclusivamente numa “reprodução” das condições materiais de produção específicas das formações sociais capitalistas (se bem que essas constituam uma “base material” de partida)» (*idem*, p. 111) e ainda que imaginar «que é o “desenvolvimento” [das forças produtivas] que “produz” uma transformação nas relações de produção, nega o movimento real da história» (*idem*, p. 111). Daí o dizer que há «muitas razões para pensar» que, por exemplo, «o aumento da composição técnica do capital, o aumento *aparentemente* “necessário” do tamanho das unidades de produção para a obtenção de uma redução de custos (o que é designado pela ideologia económica contemporânea como “economia de escala”), longe de serem “leis naturais da técnica”, são muito simplesmente *leis sociais*, efeito da dominação das relações de produção capitalistas sobre as forças produtivas ou, mais concretamente ainda, efeitos das *leis da concentração e da centralização capitalista»* (*idem*, p. 111). A verificar-se essa hipótese, a ser positiva a resposta a esta questão, isso tem, na expressão de Bettelheim, «consequências teóricas e práticas consideráveis». Nomeadamente, isso implica, «para os países que realizaram uma revolução socialista», «que o facto de importar ou de “reproduzir” (mesmo “aperfeiçoando-as”) as técnicas dos países capitalistas mais avançados pode obstar ao

desenvolvimento das forças produtivas com as características exigidas pelas novas relações de produção e que lhes permitem realmente inaugurar uma nova etapa histórica revolucionando as forças produtivas» (*idem*, p. 112). E daí que lhe pareça «que ao nível da *política técnica* o que diferencia radicalmente a *industrialização soviética* da *industrialização chinesa* (que se realiza sob a palavra de ordem: autonomia, independência, desenvolver-se pelas suas próprias forças) é uma tomada em consideração de *não adoptar como modelo* a técnica capitalista, extraíndo dela simultaneamente o máximo utilizável para a construção do socialismo» (*idem*, p. 112). O que significa que a própria técnica, geralmente considerada como *neutra* (e por isso fomos buscar a Bettelheim esse exemplo), está longe de o ser. Após uma visita à China posterior à publicação da obra que temos vindo a citar, C. Bettelheim parece encaminhar-se decisivamente para a «resposta positiva» que acima punha como hipótese, ao escrever: «A “técnica” nunca é “neutra”; ela nunca se coloca “ao lado” ou “por cima” da luta de classes. Esta última e as transformações que impõe ao processo de produção e às relações de produção determinam finalmente o carácter específico das forças produtivas e do seu desenvolvimento» (*RC*, p. 93). No plano concreto, refere, entre outros exemplos, os resultados espectaculares obtidos pela cooperação entre empresas e entre estas e a população no que respeita à luta contra a poluição e à luta pela melhoria da qualidade e duração dos produtos. «Agindo assim», diz, «as empresas produtoras colocam os interesses do conjunto do país adiante do seu interesse particular. Aí está o motor de um progresso económico de tipo novo, que implica não ser a produção dominada pela procura do aumento do valor de troca, das receitas monetárias ou do lucro, mas pela procura do valor de uso. Isto supõe transformações radicais, tanto ao nível da base económica como da superestrutura» (*idem*, p. 73). «Tais transformações *não são espontâneas*, não são *mecanicamente determinadas* pelo desenvolvimento das forças produtivas. (...) *As transformações na base econó-*

mica que hoje se observam na China só podem ser o produto de uma luta que foi conduzida e continua a ser conduzida pelos trabalhadores para transformar a divisão social do trabalho, acabar com as relações hierárquicas nas unidades de produção, tomar conta da gestão e dominar a técnica — uma tal luta é uma luta política e ideológica» (idem, p. 74).

Voltamos, assim, ao enunciado inicial das características essenciais da etapa de transição propriamente dita, e à estreita implicação entre o económico e o político-ideológico (ver p. 136). Convém ainda referir aqui alguns aspectos, também tratados por Bettelheim, e que não são mais, afinal, do que outras tantas explicitações da ideia central da *necessidade* de revolucionarização político-ideológica, e do papel que nela desempenha a luta de classes.

O ponto de partida é a questão do Plano. Já vimos que só nesta etapa é possível iniciar uma planificação — e não antes ou mesmo imediatamente depois da conquista do poder. Mas o Plano, que é o contraponto aparente do mercado, e portanto surge como um instrumento da transformação das relações de produção capitalistas em socialistas, pode não passar de um racionalizador-reprodutor das antigas relações de produção: sê-lo-á se for um simples instrumento de *poder* nas mãos de uma tecnoburocracia cuja função fundamental seja promover uma acelerada acumulação de forças produtivas, retirando privilégios e assegurando a sua manutenção através do apoio de uma casta crescente de técnicos, dirigentes e gestores, e não do apoio e participação das massas. As relações de produção não são *de facto* alteradas, as unidades produtivas «parecem-se» como gotas de água, no seu funcionamento, na sua organização, na sua lógica, com as empresas capitalistas. O que, naturalmente, significa uma efectiva reprodução daquilo que talvez melhor *resume* o modo de produção capitalista: o salariado, a relação salarial. O Plano pode ser, assim, na expressão de Bettelheim, «um “lugar” em que se manifestam formas de dissimulação das relações reais, especí-

ficas do modo de produção socialista» (CE, p. 64). Pode verificar-se o «carácter ideológico da oposição “Plano/mercado”. De facto, quando o Plano é “pensado” nas suas formas de representação imediata, aparece como sendo, simultaneamente, o *contrário* e a *mesma coisa* que o mercado. Este tipo de identidade dos contrários assinala um *par ideológico* e, portanto, uma oposição ilusória e real ao mesmo tempo. No interior desse par ideológico, o plano parece desempenhar as “mesmas funções” que o mercado, mas “sob outra forma”» (*idem*, p. 64). Daí que alguns vão ao ponto de sustentar a tese da «identidade dos efeitos de uma “planificação perfeita” e de uma “concorrência perfeita”» (*idem*, p. 65). O que é, diremos nós, o caso-limite de economicismo. O Plano só pode ser um instrumento revolucionário se não for considerado, em abstracto, como uma arma do *bem* (o proletariado) contra o *mal* (as relações mercantis que subsistem, o capital): o próprio «Plano» é atravessado pela luta de classes; o «Plano» tem de ser um lugar onde ela *também* se manifeste. Mas para isso é necessário que as massas nele participem.

Note-se aqui, uma vez mais: pensar que isto é *possível* desde os primeiros tempos pós-revolucionários ou mesmo desde os primeiros tempos da etapa de transição propriamente dita, *sem ter em conta* as relações reais, nesses momentos, entre partido e massas, releva do voluntarismo-esquerdismo. Mas a inversa é igualmente fundamental: mesmo os primeiros esboços de planificação, elaborados por uma «estrutura» ainda relativamente «distante» das massas (no sentido em que não terá «canais» de informação-participação que vão até às mais pequenas unidades produtivas, aos mais dispersos locais de habitação e de trabalho, e ainda que nela participem representantes dos trabalhadores), terão de ser eminentemente *políticos*, eminentemente *mobilizadores*, conter a «planificação» dos próprios meios de crescente participação das massas. É sobretudo, como acentua frequentemente Bettelheim, não deverão ir mais longe do que aquilo que podem controlar. Segundo

a sua óptica, a transição para o socialismo terá de ser marcada por uma permanente adequação entre os níveis de decisão e os de aplicação-controlo dessa mesma decisão: *quanto menor essa adequação, maior o campo da «burocratização»* (domínio das decisões administrativas, «cegas» aos problemas concretos, e que, totalmente divorciadas das massas, só por via autoritária se podem fazer cumprir — ou fingir que se cumprem, pois são numerosos os meios que a imaginação encontra para se furtar ao cumprimento de decisões aberrantes, dada a total impossibilidade de controlo).

Admitimos assim que, no decurso da etapa de transição propriamente dita, numa primeira fase se planifique «por grandes sectores» e «por grandes regiões», deixando uma larga margem de autonomia às unidades para efectuarem uma coordenação de actividades, suportada por um intenso trabalho político-ideológico-educativo. Daí resultará, numa segunda fase, uma interpenetração da esfera da planificação «vinda de cima» com a esfera da coordenação-iniciativa «vinda de baixo», nessa fase se dando, necessariamente, o *passo decisivo* que será o predomínio das relações de produção socialistas sobre as relações de produção capitalistas: em termos económicos, o predomínio da «regulação social da economia» sobre a «lei do valor». A partir desse momento, ver-se-á um gradual enfraquecimento das funções de Estado (o que não é o mesmo que funções *políticas*: o *político* ter-se-á *impregnado* nos comportamentos quotidianos das massas, o *homem novo* distinguirá dificilmente político, ideológico e económico) e a consolidação do «aparelho administrativo» que nada terá que ver com aquilo que hoje assim designamos. As massas estarão presentes, a todos os níveis, na *administração* da sua própria vida. As *chances* da caminhada em direcção ao comunismo serão, então, maiores do que nunca: inverteu-se a relação de forças entre o *velho* e o *novo*. Mas a luta de classes prossegue e pode sempre voltar a pôr em causa as conquistas das massas.

Vamos agora proceder a uma breve sistematização de certas questões importantes para o estudo dos processos revolucionários e da transição, todas elas já abordadas no correr da exposição, mas que foram ficando dispersas e, por isso mesmo, não suficientemente evidenciadas. As duas partes em que dividimos esta secção correspondem a uma divisão — obviamente artificial — entre questões predominantemente políticas e económicas. Restaria tratar também a questão central da «revolução cultural ou ideológica». Não nos parece, contudo, que seja indispensável, a este nível de tratamento dos problemas, ir neste campo mais longe do que no Cap. I, em particular nas pp. 43 a 53, além das numerosas referências e exemplificações posteriores (ver «Índice por Assuntos»).

a) *Natureza de classe do Estado revolucionário*

A questão da natureza de classe do Estado revolucionário está directamente ligada a várias outras: maiorias-minorias, legitimidade-legalidade revolucionária, vanguarda revolucionária, alianças de classe, revolução permanente, etc. Como se articulam estes vários aspectos com o primeiro? Tome-se como ponto de partida uma forma particularmente aguda de ditadura da burguesia (o fascismo, um regime colonial ou semi-colonial) ou mesmo de ditadura «aristocrática» com largos resíduos semifeudais, ao abrigo da qual uma alta-burguesia muito ligada à antiga nobreza ou a interesses estrangeiros se fortalece (o czarismo russo, a monarquia espanhola). Uma revolução democrática em tais situações²¹, impulsionada por uma fracção da burguesia (ou pela «burguesia nacional») que,

²¹ Situações que, na prática, quase só se têm verificado em países com baixo nível de desenvolvimento económico (nomeadamente, industrial). O que não é por acaso, ainda que, teoricamente, isso não seja *necessário*. A Alemanha após a Primeira Guerra Mundial aí está para o confirmar.

ela própria, se vê tolhida nos seus movimentos, desencadeia um vasto movimento de massas que, de um momento para o outro, pode exercer *em acto* uma liberdade quase sem limites. Triunfante, aquela burguesia vai procurar institucionalizar rapidamente essas «liberdades», estruturar um «Estado democrático» burguês em que seja possível *controlar* as massas populares. Só que, em tais circunstâncias, essa burguesia é fraca — em número, em poder económico, em capacidade política — e, ainda que parcialmente possa ter sempre constituído uma «oposição» ao sistema político anterior, não está «treinada» nas asperezas de uma luta de classes de que foi protegida e que se manifestará com tanto maior intensidade quanto mais importantes sejam já os sectores assalariados proletarizados e os sectores «com fome de terra» (assalariados agrícolas, pequenos proprietários, rendeiros, parceiros, etc.). É assim que, em situações desse tipo (embora não apenas nessas: diria Gramsci que em qualquer situação de «crise orgânica» — ver p. 49 — como, por exemplo, no Chile), se verificam condições propícias para que a burguesia se revele incapaz de levar a bom termo a «revolução democrática». A legalidade «democrática» do *voto* e da *Constituição* vê-se constantemente ultrapassada pela legalidade «revolucionária» que as massas impõem no campo, nas fábricas, na rua e que põem permanentemente em causa os conceitos «eleitorais» de maiorias e minorias²². A propósito da Revolução Russa, Rosa Luxemburgo coloca esta questão com toda a clareza: «[ao lançar a palavra de ordem “todo o poder para as mãos do proletariado e do campesinato”] os bolcheviques resolveram a ilustre questão da “maioria do povo” que oprime desde sempre os sociais-democratas alemães. Crias incorrigíveis do cretinismo parlamentar, contentam-se em transpor para a Revolução a verdade terra-a-terra do jardim infantil parlamentar: para fazer qualquer coisa é preciso ter uma maioria. Logo, também para

²² Para uma discussão sobre «maiorias» e «minorias» num processo revolucionário, ver Carr, *Socialism in One Country*, tomo I, pp. 114-116.

a Revolução, é preciso primeiro sermos uma “maioria”. Mas a verdadeira dialéctica da Revolução inverte este preceito parlamentar: não se passa da *maioria à táctica revolucionária*, mas da *táctica revolucionária à maioria*. Só um partido que sabe dirigir, isto é, fazer avançar, ganha os seus aderentes no meio da tempestade» (RR, p. 64). A ausência deste (partido) ou, de um modo geral, de uma direcção política revolucionária, pode permitir — ainda que as massas traduzam a sua acção na criação de «contrapoderes» ou de um «duplo poder» — uma aparência de estabilização, pode deixar prolongar o precário equilíbrio institucional, mas dificilmente terá a «crise» um desfecho «democrático» pacífico²³ (ver citação de Gramsci na p. 50). Caímos assim nas questões, muito interligadas, da «vanguarda revolucionária», das «alianças de classe» e da revolução permanente (ou ininterrupta).

Com efeito, em situações como as que pusemos como ponto de partida para esta exposição, verifica-se uma espécie de impasse histórico, a que já nos referimos antes: a impossibilidade de ser a burguesia a conduzir até ao fim a *sua* revolução democrática, mas a *necessidade histórica* de que ela tenha lugar. Esta necessidade histórica bebe a sua justificação na «ortodoxia» marxista, que, colocando a revolução socialista no extremo temporal do desenvolvimento até ao limite das contradições capitalistas, *previu* que ela tivesse lugar *primeiro* nos países de capitalismo mais avançado, e, portanto, que a revolução socialista «encontrasse» a sua base material já construída no essencial. Os partidos sociais-democratas (marxistas) da II Internacional «agarraram-se» a esta tese para defenderem intransigentemente que «havia que deixar» desenvolver-se plenamente a democracia burguesa, mantendo-se os partidos ditos «revolucionários» como *oposição de esquerda* durante esse período, enquanto amadureciam as condições para

²³ A Alemanha dos anos 20 é disto exemplo patente: uma burguesia politicamente «fraca» pôde triunfar de um movimento revolucionário entregue a si mesmo, mas, após dez anos de falso equilíbrio, desembocou no nazismo.

a futura revolução socialista. A revolução russa de 1905 vem introduzir elementos decisivos quanto a esta questão. É certo que já Marx, em 1850, na «Mensagem à Liga dos Comunistas», referindo-se à «próxima luta revolucionária» na Alemanha, conduzida pela «pequena-burguesia democrática», definiu do seguinte modo o papel do «partido do proletariado»: «Enquanto que os pequeno-burgueses democráticos quiserão terminar a revolução o mais depressa possível e depois de ter, no máximo, realizado as suas reivindicações, é do nosso interesse e do nosso dever *tornar a revolução permanente*, até que todas as classes mais ou menos possidentes tenham sido afastadas do poder, que o proletariado tenha conquistado o poder, e que não só num país mas em todos os países do mundo a associação dos proletários tenha feito bastantes progressos para fazer cessar nesses países a concorrência dos proletários e concentrar nas suas mãos pelo menos as forças produtivas» (OE-I, p. 106; sublinhado — J. M. P.). E termina a mensagem com a exortação: «O seu [dos operários alemães] grito de guerra deve ser: a revolução em permanência!» (*idem*, p. 113). Mas, na realidade, se bem que importante, é praticamente tudo o que se encontra nos clássicos marxistas sobre a questão²⁴. É face aos acontecimentos de 1905 que Lenine e Trotsky («as duas cabeças pensantes da Revolução Russa», segundo Rosa Luxemburgo) se debruçam sobre a questão da passagem da «revolução democrática» à «revolução socialista». Não podemos aqui reproduzir a análise aprofundada que fez Marcel Liebman dos textos que ambos então produziram, e bem assim nos anos seguintes, sobre este candente problema de estratégia revolucionária. Basta-nos resumir os elementos fundamentais dessa discussão. Quanto a Lenine, é o momento em que formula o seu conceito de «ditadura revolucionária democrática dos operários e camponeses», designação que aplica ao Estado que, *em lugar da burguesia*, realizará a revolução demo-

²⁴ Resta apenas mais uma passagem de *A Guerra Civil em França*, escrita também em 1850.

crática. Pela primeira vez surge explicitada a *necessidade* da aliança operário-camponesa, pela primeira vez se precisa, ainda que vagamente, a natureza de classe do Estado revolucionário, *nas condições concretas da Rússia* de então (que serão sensivelmente idênticas às que se reproduzirão em 1917). O próprio Lenine o explica em «As Duas Tácticas» (Julho de 1905): «Esta palavra de ordem define, simultaneamente, as classes sobre as quais têm de apoiar-se os novos “construtores” da nova superestrutura, o seu carácter (ditadura “democrática” e não ditadura socialista) e os meios de a construir (pela ditadura, isto é, reprimindo pela força toda a resistência pela força, armando as classes revolucionárias do povo)» (O-I 2, p. 137). Essa nova superestrutura, cuja cúpula seria o «Governo Provisório», outra palavra de ordem que constantemente aparece no mesmo texto, teria por função realizar a «revolução burguesa». M. Liebman assinala a contradição que daí resulta: «Lenine (...) precisava que a Revolução Russa seria “burguesa pelo seu conteúdo económico e social”. Poder-se-ia concluir daí que ela podia ser *burguesa* sob esse duplo ponto de vista e *antiburguesa* no plano político? E, por outro lado, se a vitória da Revolução era principalmente devida aos esforços, aos sacrifícios e à energia do proletariado industrial, poder-se-ia esperar dele que estabelecesse e respeitasse um regime burguês, económica e socialmente, isto é, capitalista?» (L-I, pp. 95-96)²⁵. O mesmo autor formula a hipótese de que a «solução» leninista para tal contradição fosse a da «disciplina

²⁵ Engels, em «A Questão Camponesa na Alemanha», prenuncia e discute uma tal situação: «O pior que pode acontecer a um dirigente revolucionário é uma conjugação de circunstâncias que o obriguem a governar quando o movimento ainda não está maduro para o domínio da classe que representa, ou para as medidas que tal domínio exige. (...) Ele encontra-se confrontado com um dilema insolúvel: o que *pode* fazer contraria o seu anterior comportamento global, os seus princípios e os interesses imediatos do seu partido; o que *deveria* fazer é impraticável. Numa palavra, é forçado a defender não o seu próprio partido, não a sua própria classe, mas aquela classe para cujo domínio o movimento já está maduro nesse momento. (...) Aquele que tiver caído nessa falsa posição, está irremediavelmente perdido.»

do partido», que saberia «conduzir os operários a uma mais correcta compreensão do possível». Interroga-se, contudo: «Mas um tal poder de disciplina não apresentaria o risco de ver a ditadura democrática transformar-se em ditadura do partido sobre a democracia?» (*idem*, p. 96). Trotsky irá mais longe, com a sua teoria da revolução permanente: «Seria altamente utópico pensar que o proletariado, depois de ter ascendido à dominação política, pudesse, ainda que o desejasse, limitar a sua missão a criar as condições democráticas e republicanas do domínio social da burguesia.» Afastada do poder político, a burguesia reagirá naturalmente no plano que continua a dominar, o económico. Daí que, face à sabotagem e à degradação económicas, o proletariado seja *necessariamente* levado a expropriar a burguesia de meios de produção, a nacionalizar, enfim, a avançar no sentido da colectivização. Não tardará o confronto entre o proletariado e os camponeses. Daí o impasse a que chegará a revolução num país atrasado tecnicamente, e que só será salva pelo proletariado dos países mais avançados, que entretanto terão, por sua vez, tomado o poder em condições mais favoráveis. Em resumo: por um lado, é impossível *deter* o avanço revolucionário no próprio país; por outro, esse mesmo avanço só conduzirá ao triunfo definitivo da revolução desde que esta seja *internacionalizada*. Logo: revolução permanente *no tempo e no espaço*.

Voltando a Lenine, é corrente dizer-se que ele, em certos textos de 1905-1906 e sobretudo depois de Abril de 1917, adere por inteiro à primeira parte da teoria — não foi ele que, logo em 1905, falou de «revolução ininterrupta», com um sentido muito próximo? Não foi ele ainda que escreveu: «A vitória completa da revolução actual marcará o fim da revolução democrática e o começo de uma luta decisiva pela revolução socialista. (...) Quanto mais completa estiver a revolução democrática, mais essa luta se desenvolverá rápida, ampla, nítida e resoluta» (*O-I 2*, pp. 138-9)? — mas de nenhum modo à segunda. Com efeito, o pânico de se ser

classificado de trotskista vicia quase sempre esta discussão ²⁶. Na realidade, são diversos os textos de Lenine em que ele parece apoiar também a segunda parte. Por exemplo, ainda em 1905, referindo-se à fase em que o proletariado se vê frente à necessidade de «dar o salto» para a revolução socialista, escreve: «Na base das relações que se estabeleceram, uma nova crise se acende e se amplifica, uma nova luta se inicia, na qual o proletariado combate já pela defesa das conquistas democráticas com vista à revolução socialista. Esta luta seria quase desesperada para o proletariado russo isolado, e a sua derrota seria tão inevitável como a do Partido Revolucionário Alemão em 1849-50 ou a do proletariado francês em 1871, se o proletariado socialista da Europa não viesse em auxílio do proletariado russo» (citado por M. Liebman, *L-I*, p. 102). E acrescenta que a «segunda vitória» do proletariado russo «será a revolução socialista na Europa».

Ainda que, após 1905, Lenine pouco se tenha referido a estas questões e tenha mesmo algumas vezes ironizado sobre a «absurda teoria esquerdista da revolução permanente», em 1917, face à Revolução de Fevereiro, as posições de Lenine e Trotsky voltam a estar de facto muito próximas (os «desfamentos» dos primeiros meses entre Lenine e os dirigentes bolcheviques do interior são bem conhecidos: melhor, entre o «esquerdismo» de Lenine e o «direitismo» dos segundos), e não há dúvida que até 1923 o Partido Bolchevique *esperou* constantemente o triunfo da revolução alemã. M. Liebman cita numerosas afirmações de Lenine com ressonâncias clara-

²⁶ Será útil referir aqui que Gramsci, não possuído de tais complexos, embora tendo várias vezes rejeitado as posições de Trotsky, não deixa de escrever numa carta de Fevereiro de 1924 aos dirigentes do P. C. I.: «Já em 1905 era evidente que Trotsky pensava que na Rússia se podia produzir uma revolução socialista e operária, enquanto os bolcheviques entendiam apenas estabelecer uma ditadura política do proletariado aliado aos camponeses, ditadura servindo de quadro ao desenvolvimento do capitalismo, cuja estrutura económica não devia ser modificada. Reconhece-se também que, em Novembro de 1917, Lenine e a maioria do partido tinham sido reconduzidos à concepção de Trotsky e entendiam transformar não só o poder político mas ainda o poder industrial» (in *Pour Gramsci*, M. A. Macciocchi, p. 96).

mente «trotskistas», e conclui: «O internacionalismo *ofensivo* — pois a direita bolchevique não era menos internacionalista mas mostrava-se menos confiante do que Lenine nas capacidades revolucionárias do socialismo ocidental —, o primado atribuído ao proletariado sobre o campesinato e, como corolário, a vontade de iniciar imediatamente a luta pelo socialismo, tudo isso marcava uma aproximação decisiva entre as teorias da revolução permanente de Trotsky e a estratégia leninista de 1917»²⁷ (*L-I*, p. 267). Quanto à natureza de classe do Estado revolucionário, Lenine abandonou em Abril de 17 a fórmula de «ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato», considerando-a ultrapassada, vindo gradualmente a identificar a «ditadura do proletariado» com o «poder dos soviets», ainda que estes fossem de «operários, soldados e camponeses», atribuindo-lhe a função de concluir as tarefas democráticas que a burguesia se mostrava incapaz de levar ao seu termo, e arrancar *de imediato* para a revolução socialista²⁸. Mas a questão da aliança operário-camponesa, que os soviets por si mesmos consubstanciariam (entendendo-se que neles o proletariado deteria a hegemonia), constitui, como já vimos (e pelas razões objectivas que apontámos), um impasse sem solução sólida durante a vida de Le-

²⁷ Mais tarde, em Junho de 1921, Lenine diz perante o III Congresso da Internacional Comunista: «Quando iniciámos a revolução internacional, fizemo-lo não por pensarmos que podíamos adiantar-nos ao seu desenvolvimento, mas porque muitas circunstâncias nos incitavam a começá-la. Pensámos: ou a revolução internacional vem em nosso auxílio, e a nossa vitória estará assegurada, ou então nós teremos cumprido a nossa modesta tarefa revolucionária na convicção de que, mesmo em caso de derrota, teremos servido a causa da revolução, pois a nossa experiência irá aproveitar às outras revoluções. Era claro para nós que a vitória de uma revolução proletária era impossível sem o apoio da revolução internacional no mundo inteiro.» E depois de constatar que as esperanças de então numa revolução no Ocidente «muito rapidamente» se não concretizaram, conclui que, ainda assim: «O desenvolvimento da revolução internacional, que tínhamos previsto, prossegue» (*RB*, p. 234).

²⁸ Recorde-se, entretanto, como a partir de Setembro a grande pressão das massas camponesas leva o Partido Bolchevique a abandonar o seu «programa socialista» para o campo e a aderir ao programa socialista revolucionário, de partilha das terras (correspondente à «revolução democrática»), com isso conseguindo arrastar as massas camponesas para o seu lado.

nine, que no entanto se referia correntemente ao novo Estado como um Estado operário-camponês. Do mesmo modo se manteve adormecida a questão do «socialismo num só país», que o Estado soviético só veio a ter de enfrentar após a morte de Lenine.

Embora no plano teórico isso não traga muito de particularmente novo, é útil referir como Mao Tsé-tung situou estas questões no caso chinês. Para ele, a fase de «ditadura democrática revolucionária» na China abre-se em 1924, face ao impasse a que então chegava a revolução burguesa (iniciada em 1911), conduzida pelo Kuomintang. Citemos: «O proletariado tomou então o lugar da burguesia e o partido político do proletariado substituiu o partido político da burguesia, assumindo a direcção da revolução democrática» (MC, p. 65). Mas, após a traição de Chiang Kai-Chek em 1927, o Partido Comunista vê-se obrigado a iniciar a luta armada, e vai implantar-se solidamente junto das grandes massas camponesas. Após dez anos de guerra civil e o início da invasão japonesa, no momento em que vigora a precária (de um ponto de vista de alianças de classe) frente antijaponesa, mas em que o exército popular controla largas zonas do país, Mao formula o conceito de «democracia nova», que considera aplicável de um modo geral aos países «coloniais e semicoloniais»: «A forma de Estado a adoptar pela revolução nos países coloniais e semicoloniais durante um período dado da História (...) é a que nós chamamos república da democracia nova» (*Ecrits Choisís II*, p. 90). Esta democracia nova é a expressão do famoso «bloco das quatro classes» — operários, camponeses, pequena-burguesia e burguesia nacional — que reflecte a adequação da teoria leninista²⁹ às situações em que se sobrepõem «revolução democrática» e «revolução nacional». «O Estado da democracia nova é aquele em que se exerce a ditadura conjunta

²⁹ Para uma discussão mais aprofundada das relações entre as posições de Mao, as de Lenine e as flutuações da estratégia do Komintern, ao longo dos anos 20 e 30, ver o texto de «Apresentação» de Stuart Schramm a *Mao Tsé-tung* (pp. 30 a 54).

de várias classes anti-imperialistas» (*op. cit.*, p. 91). Mas, mais adiante, insiste no papel decisivo que representa, nesta aliança, o campesinato: «A Revolução Chinesa é, no fundo, uma revolução camponesa», «a política da democracia nova consiste, no fundo, em dar o poder aos camponeses». Explica que, ao dizer «no fundo», se deve entender que «a questão camponesa se tornou a questão essencial da Revolução Chinesa, e a força que representam os camponeses constitui a sua força principal». Esta forma particular de Estado que é a «democracia nova» vai, após 1945, com o arranque final para a vitória sobre Chiang Kai-Chek, adquirir contornos mais próximos da «ditadura democrática», tal como inicialmente concebida por Lenine. Na China do Norte, dominada pelo exército popular, a revolução democrática vai desenvolver-se ao ponto de Mao poder dizer mais tarde, em 1960, que «na China, nós realizámos as tarefas da revolução democrática durante a guerra de libertação. A fundação em 1949 da República Popular da China marcou a conclusão, no essencial, da revolução democrática e o início da passagem ao socialismo» (*MC*, p. 67). Aliás, precisamente em 1949, poucos meses antes da vitória final, Mao introduz a expressão de «ditadura democrática popular», identificando-a a dado passo com a «democracia nova», mas clarifica o sentido da evolução a efectuar ao resumir os resultados da «experiência adquirida pelo povo chinês»: «No interior do país, despertar as massas populares. Isto significa unir a classe operária, o campesinato, a pequena-burguesia urbana e a burguesia nacional com vista a formar uma frente unida colocada sob a direcção da classe operária e, a partir daí, edificar um Estado de ditadura democrática popular dirigido pela classe operária e baseado na aliança dos operários e camponeses» (*Écrits Choisis II*, p. 82). Mais adiante salienta o papel decisivo dos operários e camponeses, dizendo que «a passagem da democracia nova ao socialismo depende principalmente da sua aliança» (*idem*, p. 89). Em 57, no seu famoso ensaio «Sobre a Justa Solução das Contradições no Seio do Povo», diz: «A nossa democracia socialista é a

democracia mais ampla, uma democracia que não pode existir em nenhum Estado burguês. A nossa ditadura é a ditadura democrática popular dirigida pela classe operária e fundada na aliança dos operários e dos camponeses» (QE, p. 93). Na realidade, ao longo do processo de construção do socialismo, a natureza de classe do Estado vai aparentemente manter-se. O que sucede, e é *fundamental*, é que vão «desaparecer progressivamente as diferenças entre operários e camponeses» (MC, p. 76). Este aspecto parece-nos de extrema importância: «ditadura democrática», «ditadura popular» são expressões que significam justamente *o contrário* da ditadura burguesa, na medida em que exprimem a *ditadura da maioria*, e, nesse sentido, são *mais democráticas* do que qualquer *democracia (ditadura) burguesa*. A sua natureza de classe não muda pelo facto de que, a dado momento, o proletariado passou a exercer a sua ditadura *também* sobre os camponeses (teríamos então de novo uma efectiva ditadura de uma minoria), mas porque, como diz Mao, *desaparecem as diferenças entre operários e camponeses*: o que implica que desaparecem as diferenças entre cidade e campo, entre indústria e agricultura, entre trabalho manual e trabalho intelectual — objectivos centrais da construção do socialismo. O mesmo é dizer que a «ditadura do proletariado», em países com largas massas camponesas, significa hegemonia do proletariado (nomeadamente da ideologia proletária ou socialista) no seio de um Estado operário-camponês.

É evidente que, em países onde o campesinato se encontra já reduzido a uma importância social e económica muito limitada (países altamente industrializados), a questão não se pode pôr do mesmo modo. A ditadura do proletariado tem, nesses casos, de assentar numa aliança de outro tipo, especificamente, entre o proletariado e as vastas camadas de assalariados não industriais profundamente impregnados de ideologia pequeno-burguesa³⁰. Convém não esquecer que, quando

³⁰ Reformular deste modo a questão das alianças nada tem que ver com o abandono puro e simples da noção de ditadura do proletariado a que, fundamen-

Lenine falava da pequena-burguesia no caso da Rússia, ele se referia sobretudo aos «pequenos e médios camponeses». Nas sociedades industrializadas, a pequena-burguesia a mobilizar por um projecto revolucionário é-o apenas «por adopção»: é sobretudo nestes sectores «que pensam contrariamente aos seus interesses de assalariados» que Gramsci centra a sua atenção ao diferenciar os processos revolucionários nos países orientais (Rússia) e ocidentais. Nestes deveria falar-se com mais precisão de «ditadura democrática revolucionária dos assalariados» (democrática no sentido que lhe demos há pouco, de *ditadura da maioria*, e não no sentido de que lhe incumba ainda a efectivação da revolução democrática burguesa, em tais países há muito concluída).

A questão da «vanguarda revolucionária» e da sua relação com as massas está intimamente ligada a esta discussão. A vanguarda revolucionária *não pode* ser concebida como um pequeno aparelho de revolucionários iluminados que, a dado momento, exercem eles próprios uma ditadura *em nome* das classes que dizem representar. Isso seria a ditadura *tout court*, isto é, de uma escassa minoria. Vimos como as condições objectivas da Rússia Soviética acabaram por conduzir a uma tal situação. A vanguarda revolucionária tem de ser a expressão rigorosa da aliança de classes que suporta a revolução. O que é relativamente fácil — embora essa «facilidade» possa ser apenas aparente — numa fase pré-revolucionária (em particular se esta assume a forma de uma prolongada luta armada), mas coloca problemas críticos no período imediatamente após a conquista do poder, em que, necessariamente, a distinção entre «poder de Estado» e «poder das massas» pode levar a uma dissociação, a um divórcio irremediável entre «dirigentes» e «dirigidos». É nesse período que o socialismo, como a democracia de massas que deve constituir o seu esqueleto

tando-se em idênticos considerandos, mas por evidentes razões de estratégia eleitoral, procedeu recentemente o Partido Comunista Francês: na realidade, nunca houve uma «ditadura do proletariado» *pura*, pelo que, então, já há muito se justificaria tal abandono...

político, se joga. A relação muito íntima, ainda que sempre contraditória, entre vanguarda e massas é, nesse momento, mais do que nunca indispensável. Desde essa fase terão de ser encontrados mecanismos muito flexíveis que venham a permitir o progressivo desaparecimento dessa distinção. Mecanismos que possibilitem a manifestação das contradições, o desenvolvimento da luta de classes *dentro das próprias estruturas do aparelho de Estado*. Que facilitem e promovam a «revolucionarização ideológica» a todos os níveis, que combatam sem quartel a ameaça economicista e burocrática.

O problema do «socialismo num só país» poderia parecer hoje ultrapassado, na medida em que já existiria um «campo socialista» e, portanto, o isolamento soviético dos anos 20 nunca se voltaria a reproduzir. É desconhecer, aqui, o factor geopolítico e as estratégias «de grande potência» a que não fogem quaisquer dos grandes «Estados socialistas»: serão o o proletariado soviético ou o proletariado chinês³¹ que *decidem*, movidos pelo seu espírito internacionalista, vir em auxílio do proletariado português? Abstemo-nos de responder... É desconhecer, também, as condicionantes, próprias a cada país, do seu maior ou menor grau de dependência externa e de recursos disponíveis. É óbvio que a capacidade de sobrevivência de um processo revolucionário relativamente «isolado» não é, por tais razões, a mesma em Portugal (ou em Cuba) do que em autênticos continentes como a China³² ou a Rússia (e resta saber se aí foi possível).

³¹ O campo da política externa é sem dúvida aquele em que, na China, subsiste ainda hoje uma mais forte separação entre poder de Estado e poder das massas. (Ver, sobre esta questão, a nota 38 do Cap. I.)

³² É curioso, aliás, o que dizia Mao em 1940 (em plena guerra anti-imperialista e ainda estreitamente subordinado ao Komintern) e o que mais tarde, em 1960, escreveu a este respeito: «Se a China quer a independência, ela não pode passar sem o auxílio da União Soviética e do proletariado internacional» (1940). «A China pode entrar na via do socialismo, principalmente porque, no seguimento da vitória da revolução democrática, ela abateu o domínio do imperialismo, do feudalismo e do capitalismo burocrático. Os factores internos são os factores essenciais. O auxílio concedido à China pelos países nos quais o socialismo já triunfou constitui uma condição, sem dúvida importante, mas que não é suficiente para decidir da capacidade da China para avançar ou não na via do socialismo. Ele pode

Em resumo, podemos dizer que não é possível extrair de tudo isto uma «lei geral» aplicável a todas as situações: a *forma* e a *natureza* que tomarão a aliança revolucionária de classes, a transformação ininterrupta (ou permanente) da revolução democrática em revolução socialista, a estratégia e a relação com as massas do partido ou da direcção política revolucionária, o apoio internacional do proletariado de outros países como condição (indispensável ou não) do triunfo da revolução — são outros tantos problemas cujo tratamento político cada situação determinará, sendo embora imprescindível ter presente que são problemas *inevitáveis* que haverá *sempre* que enfrentar e resolver. Em particular, serão elementos decisivos, para a definição das soluções a adoptar, o «grau de desenvolvimento capitalista» atingido e o grau de participação *efectiva* na luta revolucionária das classes aliadas ao proletariado.

Conclusão, ainda que muito genérica: a solução *revolucionária* de uma crise *pré-revolucionária* terá de ser encontrada por um poder com larga base popular, em que seja dominante a «ideologia proletária», e que possa encaminhar-se abertamente para soluções socialistas ainda que, em cada momento, deva ter em conta a aliança de classes que o suporta. Daí o «gradualismo» a que já várias vezes fizemos referência e de que demos como exemplos, se bem que «imperfeitos» (haverá revoluções perfeitas?), os casos chinês e cubano. Isto implica *inevitavelmente* uma relação dialéctica muito tensa entre partido e massas, que só poderá ser resolvida por meio de uma crescente democracia de massas: crescente inclusivamente no sentido de ir adquirindo formas cada vez mais aperfeiçoadas³³.

apenas exercer uma influência sobre o ritmo da sua progressão na via do socialismo, depois que nela se empenhou. Com o auxílio, progredimos um pouco mais rapidamente. Sem o auxílio, iremos um pouco mais devagar» (1960).

³³ Recordamos de novo o caso cubano, em que, nos primeiros anos, a forma primária de «democracia de massas» era, muito simplesmente, o contacto directo dos dirigentes políticos com as massas: passavam-se semanas com os principais

A transição para o socialismo propriamente dita (a etapa da «construção do socialismo») deverá ver esbater-se a própria noção de «aliança de classes»: a «revolucionarização ideológica» e a «integração económica interna», o desenvolvimento das relações de produção socialistas, serão determinantes na realização plena do autêntico Estado proletário, independentemente do sector de actividade em que cada um trabalhe.

b) «Modelos» de desenvolvimento
e de direcção da economia

«Não autorizar nenhuma despesa que não tenha um destino socialista», eis, segundo Lenine (Maio de 1918), a possibilidade dada ao proletariado russo pelo facto de «deter o poder de Estado». Pela mesma época, em Junho do mesmo ano, «Smirnov não achava nada surpreendente a impossibilidade de elaboração de um orçamento (os orçamentos burgueses eram, de resto, produto de anos de experiência) e nada alarmante um *deficit* orçamental, desde que a despesa promovesse os objectivos desejados» (BR-II, p. 149).

Um *destino socialista*, os *objectivos desejados*: aí está o essencial, e que convém definir com alguma precisão. Independentemente das reservas que se possam pôr à «lei da acumulação socialista primitiva», formulada por Preobrajensky, e a que adiante nos referiremos, este economista situou com bastante rigor as características fundamentais de uma «fase de transição», no campo económico. Em 1924, em plena N. E. P., ele dizia: «A nossa economia, globalmente, é um sistema mercantil-socialista. A lei da acumulação socialista implantou-se, sobretudo, nos sectores socialistas fundamentais da economia, isto é, na economia estatal, e exerce uma certa influência sobre

dirigentes ausentes de Havana, penetrando-se das aspirações concretas das massas e com elas discutindo os seus projectos e intenções. Só mais recentemente começaram as experiências de poder popular organizado.

a economia privada, ainda que sem esquecer o facto de que esta constitui um terreno estranho. Pelo contrário, a lei do valor é uma lei imanente da economia simples e capitalista, mas exerce também uma certa influência sobre a economia estatal» (AS, p. 101). Note-se que, neste momento, ainda se não enfrentavam «Plano» e «mercado». O que sublinha apenas as observações já feitas de que o «Plano» não é mais do que um instrumento, sem dúvida indispensável a partir de certo momento, do conflito, que se desenrola ao longo de toda a transição, entre duas *lógicas*, dois *modos de produção*. Ao tratar do monopólio do comércio externo, comparando o protecționismo dos países capitalistas e o «protecționismo socialista», o mesmo Preobrajensky assinala justamente: «Num caso trata-se de proteger uma indústria de outra *que pertence ao mesmo sistema económico*. No outro, trata-se de proteger um modo de produção, que se encontra em condições de debilidade infantil, de outro sistema económico que é seu mortal inimigo, e que mesmo na fase de decrepitude senil continuará durante um certo tempo a ser mais forte, do ponto de vista técnico e económico, do que a nova economia» (AS, p. 82). E a mesma óptica applicava à questão dos empréstimos externos e das concessões³⁴.

Isto implica duas observações de considerável importância. Por um lado que, desde a tomada do poder político, um campo privilegiado de resistência do «velho sistema» irá ser o económico. A lei do valor vai jogar, desde o primeiro momento (melhor: na sequência de um processo já avançado durante a fase pré-revolucionária), no sentido de uma acelerada desagregação económica: a burguesia, afastada do poder político, sem perspectivas aparentes de lucro e temendo pela

³⁴ Uma das medidas propostas no quadro da Nova Política Económica (N. E. P.) era a de entregar certas empresas e, sobretudo, explorações mineiras ou florestais a entidades estrangeiras, por «concessão». Tal política nunca chegou a ser extensivamente applicada, sobretudo por não se terem manifestado muitos interessados. No entanto, ela foi objecto de importante discussão teórica dentro do Partido Bolchevique.

«segurança» dos seus negócios (ameaça de expropriação), vai paralisar a acumulação (investimento)³⁵ e a produção; vão fugir capitais, vão fechar empresas, vai aumentar o desemprego. A lei do valor, que é o regulador normal do modo de produção capitalista, é também, automaticamente, o «desregulador» do sistema económico global, a partir do momento em que falta a mola fundamental da «expectativa de lucro». O combate imediato à lei do valor, que é exigido sob pena de uma rápida restauração do sistema político anterior, tem de tomar a forma, nessa emergência, de uma rápida organização do controle da economia segundo «novos princípios»: já vimos que é a própria dinâmica revolucionária que impõe, mesmo quando não estavam previstas, nacionalizações, intervenções do Estado em empresas, experiências diversas de gestão e coordenação sectorial, integração do sistema financeiro empresarial no sistema financeiro do Estado, desmonetização de relações entre empresas do Estado, etc., etc.³⁶ E, sobretudo, a inversão brusca de prioridades: produzir bens socialmente *úteis* em lugar de produzir lucros. Por outro lado, importa salientar a nova perspectiva em que se coloca o problema da «independência nacional». Logo em Maio de 1918,

³⁵ Vai mesmo, em muitos casos, haver «desacumulação», isto é, não reposição de equipamentos obsoletos e mesmo destruição física de bens de produção.

³⁶ «Tínhamos proposto aos capitalistas: “Submetam-se à regulamentação pelo Estado, obedeçam ao novo poder e terão então, em lugar de uma destruição completa de todas as condições que correspondem aos interesses, aos hábitos, à maneira de ver da população, uma transformação gradual de tudo isso pela regulamentação do Estado.” Os capitalistas puseram a questão da nossa existência. A tática adoptada pela classe capitalista iria empurrar-nos para uma luta desesperada e impiedosa que nos obrigou a destruir mais “velhas relações” do que nos propuséramos. (...) A vida, isto é, a resistência da classe capitalista forçou o nosso poder a transportar a luta para um outro plano» (Lenine, discurso de 29/10/1921, RB, p. 256). E mais adiante: «A burguesia respondeu-nos por uma estratégia justa do ponto de vista dos seus interesses: “Comecemos por lutar pela questão essencial: vocês são de facto um poder de Estado, ou apenas imaginam que são? Esta questão resolver-se-á pela força, pela guerra e não pelos vossos decretos.” (...) Tendo esperança de resolver a questão principal pelo argumento mais forte, pela guerra, ela não podia, nem devia, contentar-se com as concessões parciais que lhe fazia o poder dos soviets no interesse de uma transição gradual para o novo regime» (*idem*, p. 257).

no curto período de paz entre Brest-Litovsk (paz com a Alemanha) e o início da guerra civil, quando os bolcheviques julgavam poder iniciar a «reconstrução», Radek formula perante o I Congresso dos Conselhos de Economia Nacional um primeiro esboço de «política de comércio externo» e de «política de concessões» do Estado soviético, que tinha em conta a necessidade de obter empréstimos e crédito externo para a aquisição de «bens estrangeiros indispensáveis para a produção russa», prevendo, em contrapartida, a atribuição de concessões «para a criação de novas empresas para o desenvolvimento sistemático dos recursos produtivos russos não utilizados, de acordo com um plano geral» e sob diversas condições restritivas de modo a que não pudessem constituir «esferas de influência para governos estrangeiros» (ver *BR-II*, pp. 134-135). Não é nosso objectivo analisar a política de concessões ou, de um modo geral, a política de relações económicas externas do Estado soviético nos seus primeiros anos. O que queremos sublinhar é que um poder revolucionário *pode permitir-se* fazer concessões (agora num sentido lato) nas suas relações com os países capitalistas e delas tirar partido para consolidar as relações de produção socialistas. A «retirada» que constituiu a N. E. P., altura em que a política de concessões se alargou muito, não só ao capitalismo estrangeiro mas, sobretudo, ao capitalismo interno — desnacionalização e aluguer de empresas a capitalistas, desenvolvimento de pequenos retalhistas, expansão capitalista da propriedade agrícola individual, etc. —, foi numerosas vezes comparada à de um exército que falhou o primeiro assalto e que passa a um cerco prolongado. Ao III Congresso do Komintern, em Junho de 21, Lenine declara firmemente: «O nosso ponto de vista resume-se assim: de momento, grandes concessões, e a maior prudência; e isto justamente porque se estabeleceu um certo equilíbrio, justamente porque somos mais fracos do que os nossos adversários tomados em conjunto; porque a nossa base económica é demasiado fraca e temos necessidade duma base económica mais poderosa.»

E mostra-se disposto a fazer concessões aos camponeses «até ao limite que poria em questão a manutenção do nosso poder». Isto é situar com precisão a fase da luta de classes que nesse momento se verifica: o proletariado detém o poder político, mas a burguesia (nomeadamente a pequena-burguesia camponesa, artesanal e comercial) é economicamente mais forte³⁷. O poder político far-lhe-á as concessões necessárias para uma rápida «reconstrução» económica, de que esse mesmo poder político se aproveitará para avançar para o socialismo. Sem discutir, no caso concreto russo, a que ponto as concessões (internas) terão ido longe de mais, pondo em perigo a luta ideológica, decisiva nesta fase, e comprometendo justamente a instauração progressiva de relações de produção socialistas, é a *perspectiva revolucionária* que importa salientar: se a luta de classes prossegue (e mesmo se agudiza nos primeiros tempos) ao longo da transição para o socialismo, há que ter permanentemente em conta as relações de força, e tirar delas o melhor partido, com base no trunfo decisivo que é o poder político. Retornando à questão da «independência nacional», ela coloca-se de forma idêntica, o que seria de esperar dado que a luta de classes não termina nas fronteiras. Em tais condições, a mesa de negociações de um acordo comercial ou de um empréstimo externo entre um Estado socialista e um Estado capitalista tem de ser *um lugar* em que se desenrola a luta de classes. E deve existir a consciência disso de um lado e do outro da mesa: a intenção de um lado é colocar um grão de areia na máquina débil do novo Estado revolucionário, visando miná-lo e destruí-lo; a intenção do outro é utilizar as matérias-primas, o equipamento, o crédito que obtiver para fortalecer as suas bases e caminhar mais seguramente na via socialista. Usando a expressão citada de Preobrajensky, diremos que as negociações económicas entre Estados ou empresas capitalistas se passam dentro de um mesmo sistema económico

³⁷ Situação já distinta da que se verificava em 17-18, em que a burguesia ainda «tinha esperança» de destruir directamente o poder dos soviets (ver nota 36).

e visam, objectivamente, reproduzi-lo e reforçá-lo. No caso que acabamos de observar, tais negociações são um momento da luta entre dois modos de produção antagónicos.

Retomemos a questão central da «economia de transição»: a da coexistência e constante conflito entre a lei do valor e a regulação social da economia, que *deverão ser* expressão do confronto entre relações de produção capitalistas e relações de produção socialistas. Já vimos que no período inicial, pós-revolucionário, da transição, se verificam normalmente certas medidas drásticas de combate à lei do valor. Mas há que assinalar desde já que a amplitude e profundidade dessas medidas é função do modo como se processou a conquista do poder e, sobretudo e concomitantemente, da relação das forças que se defrontam na luta de classes. Daí que, nuns casos, tais medidas extremas (justificáveis *politicamente*)³⁸ tenham posteriormente de vir a ser revistas (caso russo), noutros constituam uma base sólida de partida para um processo gradual, como aquele que se propunham os bolcheviques inicialmente (casos chinês e cubano).

Em qualquer caso, a forma global que toma nos primeiros tempos o pólo de oposição à lei do valor é a de uma direcção-coordenação nacional da economia. Por via das nacionalizações e da criação de mecanismos diversos de controlo, o novo poder vai tentar opor-se aos efeitos destruidores da acção da lei do valor e manter em nível razoável a produção e a distribuição. Não nos é possível passar em revista os sucessivos esquemas ensaiados na Rússia Soviética no que toca a este ponto, e bem assim as soluções adoptadas na China e em Cuba³⁹. Interessa-nos particularmente discutir, ainda que sem

³⁸ Exemplo-limite: a destruição de uma ponte é, *economicamente*, sempre um absurdo, um crime. Numa fase de guerra civil pode ser militarmente, logo, *politicamente*, uma necessidade: e, em tal situação, esse critério prevalecerá.

³⁹ Após o último Congresso de P. C. Cubano, parece que irão ser adoptados a partir de agora praticamente os métodos e formas de organização e gestão em vigor na União Soviética e nos países do Leste europeu.

aprofundar, uma questão *politicamente* da maior relevância: a da centralização-descentralização. Até porque ela tem directamente que ver com outros aspectos decisivos do processo revolucionário: relações cidade-campo, democracia operária-burocracia, critérios de acumulação socialista, natureza dos estímulos à produção, revolução tecnológica, etc., etc.

Nos primeiros tempos pós-revolucionários, a tendência geral é, por razões diversas, umas teóricas outras práticas, para uma rápida e acentuada centralização na direcção da economia. Salientam-se, entre outras razões, a ideia — teórica — de socialismo em que o «colectivo» se opõe ao individual, em que uma «racionalidade social» se opõe à anarquia das «múltiplas iniciativas individuais» e da concorrência, admitindo-se em consequência que só um conhecimento centralizado dos mecanismos económicos, das relações entre unidades de produção, e a sua «gestão» igualmente centralizada, podem opor o critério de utilidade social ao da busca individual do lucro. A noção de plano, por exemplo, é, em si, eminentemente centralizadora. No plano prático, pode mencionar-se como impulsionando a centralização o facto, já várias vezes mencionado, de se tratar de um período em que os comportamentos económicos dos empresários são fortemente desagregadores, exigindo uma rápida intervenção do novo Estado no sentido de concentrar nas suas mãos o controlo da produção, da distribuição, do crédito. Acresce ainda, como aspecto importante, a grande carência de quadros técnicos e administrativos, agravada pela partida de muitos dos poucos existentes (estamos a examinar casos de revolução em países economicamente «atrasados»: em países mais desenvolvidos provavelmente teria de dizer-se muitos dos muitos...). É assim natural a tendência para concentrar em organismos centralizados os escasos quadros disponíveis, e daí gerir em conjunto sectores inteiros de actividade. Dadas, ainda, as enormes dificuldades financeiras das empresas em tais circunstâncias, a necessidade de as manter em produção e de assegurar o emprego, prevalece também a tendência para uma «centralização financeira».

com o Estado a suportar por via orçamental parte das despesas das empresas (em particular os salários e o capital circulante), que gradualmente se vêm desligadas das respectivas receitas. Daí à «integração orçamental», isto é, à contabilização dos saldos ou mesmo do conjunto das receitas e despesas das empresas no Orçamento do Estado, vai um passo. A lógica do processo conduz à unificação do sistema orçamental e do sistema de crédito centralizado: em Janeiro de 1920 é extinto o Banco do Povo (ou Banco Nacional) na Rússia Soviética, em pleno comunismo de guerra; em 1967 é extinto o Ministério das Finanças em Cuba⁴⁰. Simplesmente, as empresas haviam funcionado e crescido motivadas pelo critério do lucro. Este mesmo critério as havia levado ao boicote, à paralisação, ao encerramento após o arranque do processo revolucionário. Como motivá-las agora? Aí se põe a questão dos estímulos morais e materiais, da «batalha da produção» — agora pós-revolução. Aí surge igualmente a questão da democracia de massas. Com efeito, se a revolução é o primeiro passo para a libertação dos trabalhadores, para a eliminação da sua condição de assalariados explorados, para o seu *poder* efectivo na sociedade, pareceria lógico que, conquistado o poder pelo partido-vanguarda dos trabalhadores (ou por um movimento-direcção política que se reclama das grandes massas populares, como em Cuba), estes se lançassem entusiasticamente no trabalho de reconstrução económica de que seriam *eles* agora os próprios beneficiários. Acontece, porém, que o grau de consciência política das massas, que as levou a viver intensamente a luta revolucionária, nem sempre será suficiente para supor-

⁴⁰ Na China, após 49, vai adoptar-se de imediato o sistema soviético de então, também muito centralizado, mas já com características bastante distintas, resultantes da segunda fase de centralização pós-N. E. P., cujos vectores fundamentais eram o Plano e a prioridade à indústria pesada. Bettelheim via isto em 1965 como uma «evidência»: «No seu princípio geral, os mecanismos de formação e de aplicação das decisões económicas na China são evidentemente análogos aos que foram montados nos outros países socialistas» (*La Constr. du Socialisme en Chine*, p. 19). No que se refere à Rússia e a Cuba, já antes (pp. 66, 76, 80) havíamos assinalado curiosas analogias entre o comunismo de guerra e os primeiros anos da revolução cubana. Este é apenas um dos aspectos dessa analogia.

tar os enormes sacrifícios que implica a fase pós-revolucionária. Além de que a própria dinâmica política leva geralmente em tais casos os dirigentes revolucionários, muitas vezes conscientes dos riscos que com isso assumem, a acelerar fortemente o processo em relação a essa consciência das massas. E ainda que, dentro destas, se manifestam desde logo contradições que só uma política muito correcta de «alianças de classe» pode levar a superar evitando conflitos agudos. Daí que seja determinante, para a redinamização económica em novas bases (que não são outras do que o reforço das relações de produção socialistas), o contacto muito estreito entre partido e massas, tendente a identificar e ultrapassar essas contradições, a elevar o nível de consciência política destas, a fazê-las participar activamente na dinâmica revolucionária.

As duríssimas condições impostas ao Estado soviético, implicando simultaneamente uma guerra devastadora no momento em que a *paz* fora um dos elementos mais fortemente mobilizadores das massas e, por via disso, uma violência *sobre* os camponeses que impediu uma rápida consolidação da aliança operário-camponesa, foram factores diante dos quais as tentativas feitas no sentido da «emulação socialista» se revelaram insuficientes. Sem estimulantes materiais (como poderia, de resto, havê-los naquele período de penúria generalizada?), sendo insuficientes os estimulantes morais, que restava fazer? A solução encontrada, desastrosa do ponto de vista da «transição para o socialismo», mas provavelmente a única possível nas circunstâncias ⁴¹, foi a militarização do trabalho. E, depois, com a N. E. P., foram as próprias motivações capitalistas que acabaram por ser plenamente restauradas.

No caso cubano, estas questões surgem num contexto diferente. Nomeadamente, um factor determinante das tendências

⁴¹ Notar que os bolcheviques «de esquerda», em 1918, e, mais tarde, a «oposição operária» sempre combateram as soluções dirigistas e, depois, militaristas para as questões do trabalho e de direcção da economia. Não está provado (nem o contrário se poderá provar) que, nas condições existentes, a «democracia de massas» tivesse permitido a sobrevivência do Estado soviético. Poder-se-á apenas argumentar que, sem essa *possibilidade*, o socialismo estava condenado.

centralizadoras de um Guevara foi justamente a reacção à forma de descentralização que nesse momento se processava nos «países socialistas»⁴². Uma vez mais se entendia *descentralização* como a mesma coisa que regresso a mecanismos de mercado, a critérios capitalistas de gestão das empresas. Estamos aqui colocados diante de um problema fundamental, cujo correcto equacionamento é indispensável em termos de «construção do socialismo». De facto, é corrente identificar, por um lado plano-centralização-relações socialistas, e, por outro, lei do valor-descentralização-relações capitalistas. O próprio Bettelheim, que hoje se afasta deste esquematismo, na sua polémica com Guevara andava bem próximo dele, ainda que partisse de uma premissa correcta: a de que não é o avanço voluntarista e formal em relação ao nível de consciência social que destrói as formas próprias às relações capitalistas (a moeda, os estímulos materiais, as relações mercantis). Só que apostava demasiadamente no simples desenvolvimento das forças produtivas e no seu crescente carácter social para conseguir esse efeito. Guevara, pelo contrário, acentuava o papel do desenvolvimento dessa mesma consciência social — e por isso apostava nos «estímulos morais».

Ora, precisamente, caminhar para o socialismo só pode ser caminhar para a descentralização, e não o contrário. Mas descentralizar, nesse sentido, não terá nada que ver com uma crescente autonomia financeira e de gestão por parte dos *directores* das empresas, dentro de um critério de rendibilidade. «Na descentralização soviética actual são os chefes de empresa que aumentam cada vez mais de poder e não os trabalhadores.

⁴² «Parece claramente que a centralização e a ausência de autonomia financeira têm por objectivo essencial evitar os perigos de uma descentralização tal como foi praticada na U. R. S. S. e nas democracias populares. Uma tal descentralização, com efeito, não só suscita a busca prioritária do enriquecimento individual pelo desenvolvimento de estímulos materiais, e arrisca-se a vir a pôr em causa o princípio essencial da prioridade do critério político na escolha dos investimentos, como nem sequer tem a vantagem de permitir um desenvolvimento do controlo das massas: estas, com efeito, em vez de submetidas, sem poder, às directivas dos ministérios, são-no, com a descentralização, às dos directores de empresa» (J. Valier, in *Les Temps Modernes*, Março de 1968).

Esta descentralização consiste de facto numa nova repartição dos poderes no seio de uma burguesia de Estado» (RC, p. 52). O que coloca, desde logo, uma questão básica dentro do «novo sistema» de direcção da economia: ou existe, desde o início, uma participação efectiva dos trabalhadores na gestão das unidades produtivas e nos vários escalões de decisão que as integram, ou a centralização é *necessariamente* o caldo de cultura de uma tecnoburocracia que, a dada altura, bloqueia qualquer evolução. São conhecidos violentíssimos textos de Lenine, de Mao e de Guevara contra a burocracia. Na Rússia Soviética a burocracia partidária dos anos 17-21 ⁴³ viu-se engrossada com os técnicos, especialistas e directores de empresa ⁴⁴ que, reabilitados na fase da N. E. P., se inscreveram em massa no partido e deram origem ao que chamámos de «tecnoburocracia», a tal burguesia de Estado de que fala Bettelheim. Isto está ligado à tendência gradual, manifestada ainda durante o comunismo de guerra, no sentido de passar da «direcção colegial» das empresas para a «direcção única» — tendência suportada pelas necessidades da produção de guerra, que exigia uma máxima «eficiência» (dentro das dramáticas carências do momento), e de que Lenine foi o mais acérrimo defensor contra as críticas de esquerda, mas que se viu reforçada na fase liberalizante da N. E. P. em que, agora por razões de «reconstrução», essa eficiência máxima era igualmente exigida, e dentro dos mais rigorosos princípios de «equilíbrio financeiro» e mesmo de «concorrência» ⁴⁵. Nestas circunstâncias, mais do que nunca,

⁴³ Em Dezembro de 1919, um delegado ao VII Congresso Pan-Russo dos Sovietes diz: «Se se perguntasse ao povo o que devia ser destruído no dia seguinte à destruição de Denikine e Kolchak [generais “brancos” — J. M. P.], noventa por cento responderia: os *glavki* e os centros [departamentos verticais de gestão sectorial do Conselho Nacional de Economia]» (BR-II, p. 184).

⁴⁴ Aliás, já muito antes, em Dezembro de 1918, Molotov declarava que a maioria dos membros dos vinte *glavki* mais importantes era composta por pessoas «sem qualquer relação com o elemento operário industrial», que o *glavk* tem de ser considerado como «um órgão longe de corresponder à ditadura do proletariado», que os que dirigiam a política (dos *glavki*) eram «forças como representantes dos empresários, técnicos e especialistas» (BR-II, p. 187).

⁴⁵ Para se ter uma ideia da verdadeira reviravolta da N. E. P., basta citar alguns passos do Decreto de 10 de Abril de 1923: «Arrigo 1.º — Os *trusts* do Estado são empresas industriais do Estado, às quais este concede independência

teria sido indispensável o «controlo operário», de que tanto se falara antes de Outubro, mas que foi rapidamente «domesticado» pelos sindicatos e, depois, pelo próprio partido, em nome da referida «eficiência». Note-se que a frente de luta da oposição operária em 20-21 em nome da «democracia operária» e da «directão da economia pelos produtores» já é apenas a frente sindical, ela mesma seriamente burocratizada (os «comités de fábrica» já não existiam ou eram meramente decorativos).

No caso cubano procura-se combinar uma forte centralização (especialmente no sector industrial), que vai ao limite da «gestão orçamental» e, a partir de 67, inclusivamente à eliminação total de pagamentos entre as empresas⁴⁶, com uma «revolução ideológica» e uma intensa participação de massas. Mas esta não se dá ao nível das unidades produtivas: dá-se pelo contacto permanente entre os dirigentes políticos e as massas. Vejamos o que diz J. Vallier, em 68, sobre o assunto, depois de referir que o «método de massas», com efeito simultâneo de «mobilização dos trabalhadores e controlo popular», tem sido utilizado em domínios como a educação e saúde (campanhas de alfabetização, de vacinação) e no do poder local: «No entanto, no domínio da *organização da produção* (...) há que reconhecer que o exercício do controlo popular pelas organizações de massas é ainda muito fraco, quer na

na condução das suas operações de acordo com o estatuto fixado para cada empresa, e que operam segundo princípios de cálculo comercial, com o objectivo de obter um lucro.» Segundo Carr, «os *trusts* tinham completa liberdade de comprar e vender no mercado livre e só deveriam dar preferência a órgãos do Estado como clientes ou fornecedores se os preços oferecidos ou pedidos fossem igualmente favoráveis [aos de entidades privadas]» (BR-II, p. 309). O comissário do povo para as Finanças, Sokolnikov, dizia, em Dezembro de 22: «A indústria não pode ser suportada pelo orçamento; o Estado não pode mais ser responsável pelo pagamento de salários aos operários industriais ou por fornecer-lhes rações; a relação do Estado com a indústria só pode ser a de um cliente pagando o preço certo pelo que compra» (BR-II, p. 316).

⁴⁶ O Estado é assimilado a uma única empresa, de que as unidades produtivas são «secções» entre as quais transitam os produtos, como entre as secções de uma fábrica, sem que se realizem actos de «compra e venda».

gestão das empresas, quer na discussão das grandes opções económicas. Ora devemos notar que, a nosso ver, a existência de um controlo de massas não deve ser encarada como um elemento que viria “aperfeiçoar” o socialismo cubano, mas como um elemento constitutivo fundamental do socialismo, sem o qual o Estado cubano não poderia jamais tornar-se *verdadeiramente* um Estado socialista. Tudo, em Cuba, é ainda fundado, neste aspecto, sobre a *democracia directa*: sabe-se com efeito que Fidel Castro e a maioria dos dirigentes cubanos se deslocam continuamente, e que têm contactos frequentes com as massas, discutindo em todo o país com os trabalhadores e os diversos responsáveis» (referência bibliográfica n.º 65, p. 1621). Mas precisamente porque a intervenção das massas é *exterior* ao processo de direcção da economia, ela não foi, ainda aqui, suficiente para evitar a burocracia. Como já em 67 afirmava David Alexander, «nem os C. D. R. [Comités de Defesa da Revolução], nem os comícios de massas ou as mobilizações populares desencadeadas pelos apelos directos de Fidel, por mais eficazes e entusiasmantes que se mantenham, podem fornecer ao poder popular a sua base e as suas estruturas permanentes, os meios de reflexão, de expressão e de acção colectivas, sem os quais não pode haver vontade política e de construção continuada. O exercício democrático do poder popular exige a construção de um partido e de um sindicato tanto como a constituição de instituições descentralizadas que permitam a iniciativa e a democracia directa das comunidades locais de trabalho e de vida» (referência bibliográfica n.º 66, p. 1509). Nos anos seguintes, o XII Congresso da ultraburocratizada e desacreditada Central Sindical parece marcar uma evolução positiva, e bem assim o lançamento das primeiras experiências de «assembleias do poder local». Mas ao nível das unidades de produção e do sistema de direcção da economia parece manter-se uma situação de não participação efectiva. Os dois congressos recentes (o XIII da Central Sindical em 73 e o I do Partido Comunista Cubano) sugerem um «re-cuo» sensível no plano da democracia de massas e da capaci-

dade de criação e inovação de que deu largas provas a Revolução Cubana nos primeiros anos. É sintomático que o próprio Fidel declare, a propósito dos métodos de direcção da economia: «Interpretando idealisticamente o marxismo e afastando-nos da prática consagrada pela experiência dos outros países socialistas, quisemos estabelecer os nossos próprios métodos. (...) Quando poderia parecer que nos estávamos a aproximar de formas comunistas de produção e distribuição, na realidade estávamo-nos a afastar dos métodos correctos para construir previamente o socialismo» (*Relatório*, pp. 83-84). Nada indica, pois, que, ao seguir os «métodos correctos» que, obviamente, são os já praticados nos outros «países socialistas», a evolução venha a dar-se no sentido de um crescente «poder das massas». Este será, dentro de tal evolução, substituído pelo fortalecimento das «organizações de massas» (de juventude, de mulheres, sindicatos, pioneiros, etc.), estreitamente controladas pelo partido. Subsiste a «experiência» dos órgãos de poder popular, mas, pelas palavras de Fidel, eles vão ser integrados constitucionalmente, de forma a virem a eleger deputados à «Assembleia Nacional do Poder Popular, órgão máximo do poder do Estado», o que leva a supor que a sua hipotética função de «poder de massas» seja, por esta forma, praticamente eliminada. Dito isto, admitimos que o processo revolucionário cubano não está definitivamente bloqueado. Seria necessário dispor de informação mais concreta e precisa para ajuizar da irreversibilidade da adopção do «modelo soviético».

Quanto ao caso chinês, já nos referimos a ele com certo pormenor no Cap. I para que necessitemos alongar-nos. Julgamos que é a consciência profunda do prosseguimento da luta de classes durante a transição que lhe dá a sua enorme riqueza. Sem os grandes abalos que foram o «Grande Salto em Frente», de 1958-60, e a Revolução Cultural iniciada em 1966, provavelmente ter-se-ia consolidado aí igualmente o «modelo soviético». Simplesmente, tais períodos de intensa agitação ideológica estiveram sempre centrados no combate às «ideias

feitas», ao «velho» em nome do «novo», à ideologia «burguesa» conservadora em nome da ideologia «proletária» revolucionária. A criação das comunas populares, como «comunidades políticas e económicas» com acentuada autonomia, no primeiro período referido, bem como o tema «anti-hierárquico» inerente ao segundo, desbloquearam aquela previsível evolução e aparentemente aumentavam de forma considerável a «democracia de massas», nomeadamente a nível das unidades produtivas. Parece ser aqui que, pela primeira vez, se dissocia a ideia de *descentralização* da ideia de *reforço das relações capitalistas* e dos *mecanismos mercantis*. Mesmo tendo em conta a evidente adesão de Bettelheim aos métodos da Revolução Chinesa, as informações bastante precisas que nos dá no seu já citado livro sobre a «Revolução Cultural e Organização Industrial» levam a admitir ao menos duas coisas importantes: por um lado, que a «revolucionarização» até à base se dá *de uma forma global* (política, ideológica, técnica); por outro, que o processo continua largamente «em aberto». O que está intimamente articulado com a questão dos «modelos de desenvolvimento». Um desenvolvimento fundado sobre a indústria pesada, as tecnologias avançadas e a acumulação rápida dificilmente pode deixar de ser «concentrado», «centralizado» e por essa mesma via privilegia os tecnoburocratas e bloqueia a participação das massas.

Discutamos um pouco esta questão, que é, de novo, a da luta entre o primado à economia (o economicismo) e o primado à política. Esteve sempre presente no espírito dos dirigentes soviéticos que a criação da base material do socialismo implicava um esforço prioritário centrado sobre a «grande indústria», em especial sobre a «indústria pesada». O que hoje é corrente designar por «indústria de bens de equipamento», o sector I de Marx, aquele que consubstancia a «acumulação», já que nele se produzem os próprios bens de produção. É claro que, durante o comunismo de guerra, as prioridades eram de natureza militar e de subsistência, não sendo questão de pro-

blemas de acumulação ⁴⁷. Curiosamente, ao arrancar a N. E. P., em 1921, o acento é posto, dentro da chamada «grande indústria» na altura, nas indústrias ligeiras de bens de consumo. A opção compreende-se se se tiver presente que o que no momento estava em causa eram as relações cidade-campo, a necessidade de assegurar, da parte da cidade, uma contrapartida económica (e política, em última análise) à produção agrícola, que estabilizasse o novo «sistema de trocas». Ora, em troca da sua produção de cereais e outros produtos alimentares de base, os camponeses precisavam de bens industriais de consumo — vestuário e calçado, entre outros. Entre as prioridades estabelecidas na Conferência do Partido de Maio de 1921 notam-se: «apoio às pequenas e médias empresas, privadas e cooperativas», ou seja, a pequena indústria rural, e «revisão parcial dos programas da grande indústria no sentido de aumentar a produção de objectos de consumo popular e de uso quotidiano dos camponeses». Ao período que se seguiu, até meados de 1922, chamou mais tarde um economista o «da ditadura do centeio e da dissipação do capital industrial do Estado» (*BR-II*, p. 313). Enquanto os preços industriais se afundavam, os dirigentes centrais da indústria estatal e os sindicatos reagiam fortemente. O Congresso dos Sindicatos de Setembro de 22 notava que «os sectores básicos da indústria, que por si só determinam o curso do desenvolvimento da economia nacional — transportes, minas e metalurgia, construção de máquinas e indústrias eléctricas — continuam a experimentar a mais severa crise», e proclamava a «restauração da grande indústria e dos transportes como tarefa imediata da república» (*BR-II*, p. 315). Pouco depois, o próprio Lenine sublinhava: «A Rússia não pode ser salva só por uma

⁴⁷ Mas importa assinalar que, logo após a paz de Brest-Litovsk, quando parecia ir-se iniciar a reconstrução, foram colocados à frente do Conselho Superior de Economia Nacional Larin e Milyutin, «ambos convictos planeadores e centralizadores» (Carr), tendo o primeiro lançado a ideia de alguns «grandes projectos» e iniciando-se contactos com alguns antigos empresários capitalistas para a criação de grandes empresas mistas, nomeadamente no sector metalúrgico (*BR-II*, pp. 93-94).

boa colheita ou só pela boa situação da indústria ligeira que fornece artigos de consumo aos camponeses; a indústria *pesada* é também indispensável. (...) A indústria pesada necessita de subsídios do Estado. A não ser que os encontremos, estamos perdidos como Estado civilizado — e mais, como Estado socialista» (BR-II, p. 315)⁴⁸. Surge aqui um ponto fundamental, que se articula com a já referida ideia de «investir no socialismo»: o Estado revolucionário tem de dispor de *excedentes*, de forma a poder aplicá-los como arma na sua «luta contra a lei do valor». Onde ir buscar esses excedentes?

Aqui intervém Preobrajensky e a sua famosa «lei da acumulação socialista primitiva». Fazendo um paralelo com a acumulação capitalista primitiva, que se resume a uma acumulação efectuada à custa de sectores *não capitalistas*, Preobrajensky diz muito simplesmente que algo de análogo se tem de passar ao iniciar a transição para o socialismo: a «esfera» socialista terá de acumular à custa da esfera «não socialista». Vale a pena reproduzir o enunciado da lei tal como ele próprio a formula: «Quanto mais atrasado economicamente, pequeno-burguês e camponês for um país que empreenda a organização socialista da produção; quanto menor for a herança que o proletariado desse país receber no seu próprio fundo de acumulação socialista no momento da revolução social, tanto mais se terá de basear a acumulação socialista na exploração das formas pré-socialistas de produção e tanto menor será a parte de acumulação derivada da base produtiva socialista, isto é, tanto menor será a acumulação alimentada pelo sobreproduto criado pelos operários da indústria socialista. Pelo contrário, quanto mais avançado for o desenvolvimento económico e industrial de um país em que tenha triunfado a revolução social; quanto maior for o património material (indústria altamente desenvolvida e agricultura orga-

⁴⁸ Pela mesma altura, o comissário das Finanças produzia declarações em sentido oposto (ver nota 45 deste capítulo): vinham à superfície as contradições inevitáveis entre a N. E. P. e a criação das «bases materiais do socialismo».

nizada sobre bases capitalistas) herdado pelo proletariado após nacionalização; quanto menor for no dito país a incidência das formas pré-capitalistas de produção, tanto mais se verá obrigado o proletariado a reduzir a desigualdade de troca entre os seus próprios produtos e os das colónias, isto é, a diminuir a exploração das colónias, tanto mais se trasladará o centro de gravidade da acumulação socialista para a base produtiva socialista, isto é, se baseará no sobreproduto da sua própria indústria e da sua própria agricultura» (AS, p. 85) ⁴⁹. A ideia subjacente a esta «lei» é a da necessidade da «troca não equivalente» entre o sector socialista e o sector ainda capitalista: a construção acelerada da base económica do socialismo implica, segundo aquela lei, uma autêntica relação «colonial» entre o primeiro e o segundo daqueles sectores.

Não nos sendo possível uma discussão exaustiva da lei de Preobrajensky, queremos apenas efectuar alguns comentários. Em primeiro lugar, uma observação quase evidente: o enunciado da lei *pressupõe* a nacionalização do comércio externo. Com efeito, a sua não nacionalização corresponde à entrada, no Estado revolucionário, da lei do valor pela «porta lateral» ⁵⁰, já que o sector «socialista» se irá ver, por essa via, submetido à concorrência dos preços mundiais. Isso impede-o

⁴⁹ Note-se, não apenas por curiosidade, que o Chile de Allende adoptou um esquema precisamente inverso do apontado por Preobrajensky: «A manutenção desta disparidade [entre níveis de consumo] combinada com a aceleração das cadências no sector social [nacionalizado], cujos preços se mantinham bloqueados, equivalia a fazer trabalhar os operários para os capitalistas, que dispunham assim de matérias-primas baratas. O aço, o petróleo, os têxteis comprados a baixo preço permitiam-lhes aumentar os seus lucros, o que não os impedia de elevar os seus próprios preços de venda. Assim, não só a esquerda governamental não conseguia controlar os excedentes do sector privado, mas os que vinham da área social [estatal] para ele eram transferidos em parte» (CT, p. 183). Ou seja: acumulação capitalista à custa do sector nacionalizado! Não é por acaso que alguém disse que as dificuldades económicas chilenas não eram devidas (como dizia a direita) ao socialismo, mas sim à *ausência de socialismo*...

⁵⁰ O que não significa que o sector socialista não esteja, ele próprio, *condicionado* pela lei do valor, facto que Preobrajensky subestimou, ainda que o reconhecesse (ver p. 157). Bettelheim demonstra que a subsistência de «relações mercantis» no interior dos sectores estatizados dos «países socialistas» não é uma pura aparência, mas corresponde ao insuficiente desenvolvimento de relações de pro-

de transferir para si o sobreproduto do sector não socialista, dado que essa transferência se efectuará essencialmente através dos preços fixados (a mencionada troca «não equivalente»). Precisemos: por exemplo, ao fixar preços altos para venda de produtos do sector socialista ao não socialista, aquele arriscar-se-ia a que o segundo optasse por importar, a preços inferiores, os mesmos produtos. Em segundo lugar, temos as implicações políticas da lei — no fim de contas, as que deram origem ao «grande debate» soviético e à fortíssima oposição que Preobrajensky teve de defrontar (sobretudo da parte de Bukharine). De facto, a aplicação estrita da lei constitui uma verdadeira «declaração de guerra» ao sector não estatizado e, concretamente no caso soviético, à grande massa dos camponeses. Em resumo, as teses de Preobrajensky traduziam-se na ruptura brutal da periclitante aliança operário-camponesa (admitindo-se que, nessa fase, tal expressão ainda mantinha algum sentido). De um modo geral, e independentemente do caso soviético, mesmo aceitando por agora a opção «industrialista» que lhe está subjacente, interessa notar que a lei (teórica) não resolve uma questão (prática) fundamental no decurso de um processo deste tipo: a do famoso *ritmo* desse mesmo processo, intimamente ligado ao desenrolar da luta de classes e, portanto, à força (económica) relativa das classes em presença. E esse problema será obviamente tanto mais crítico quanto mais próxima for a situação daquela que no enunciado da lei é apontada em primeiro lugar: num país maioritariamente camponês, em que, para mais, se terá encorajado a propriedade individual da terra, a acumulação socialista primitiva seria simplesmente impossível, ou possível apenas a um ritmo extremamente lento, a menos que se utilizassem meios fortemente repressivos. Entre o «socialismo a passo de burro» de Bukharine e a colectivação rápida e forçada — Estaline optou. A sua política, a

dução socialistas *reais*. O sector socialista tem de «tirar partido» em seu benefício da lei do valor e combatê-la no seu próprio seio — o que não pode ser feito *só por meios económicos*.

partir de 1929 é, afinal, uma rigorosa aplicação da lei de Preobrajensky (o que não impediu este de morrer, nem se sabe quando, nas prisões estalinistas) ⁵¹.

Que dizer da lei, hoje, depois que outras experiências socialistas já foram iniciadas e trouxeram igualmente os seus contributos à teoria da transição? Por um lado que, sendo embora necessário tê-la presente como quadro de raciocínio, são os factores políticos os decisivos num processo de transição, incluindo a própria fase pré-revolucionária. Com efeito, se retomarmos o exemplo chileno acima citado, poderemos reflectir que não terá sido o desconhecimento da lei que levou o Governo de Allende a actuar daquele modo, mas sim a relação de forças políticas existente (ou presumida pelo Governo de U. P.): uma decisão de aplicar, ainda que moderadamente, medidas no sentido de canalizar para o «sector social» mais-valias do sector privado, seria uma decisão eminentemente política e com consequências políticas muito importantes. Uma ampla base de massas é condição indispensável para uma «acumulação socialista primitiva» que não implique uma duríssima repressão. Onde intervém, de novo, o papel decisivo da revolução cultural, da «revolucionarização ideológica».

Mas, mais importante, é o papel que Preobrajensky, na esteira dos principais teóricos marxistas do seu tempo, atribui à indústria pesada como base essencial da acumulação socialista. É aí que, sendo revoluções predominantemente camponesas ou «populares», a China e Cuba vêm introduzir uma nova componente no pensamento económico socialista (sobretudo a primeira, já que a opção «prioridade à agricultura» no caso cubano é, afinal, uma opção de prioridade ao «comércio externo»: a acumulação socialista partirá dos excedentes gerados pelo comércio externo, em particular do açúcar). Essa componente compreende simultaneamente um novo

⁵¹ Segundo W. Brus (*Problèmes Généraux du Fonctionnement de l'Economie Socialiste*), «não é de excluir que a obra de Preobrajensky tenha sido uma das fontes de inspiração teórica de Estaline [ao escrever *Os Problemas Económicos do Socialismo na U. R. S. S.*]» (p. 71).

tipo de relação indústria-agricultura (e indústria ligeira-indústria pesada) e um novo conceito de descentralização que não implica o alargamento concomitante das relações de mercado (e dos critérios de rendibilidade-autonomia financeira inerentes à descentralização soviética). Em resumo, um novo conceito de «desenvolvimento» centrado numa combinação equilibrada a nível regional e local de actividades agrícolas, industriais, culturais e políticas. O que implica necessariamente uma ruptura com os critérios tradicionais de investimento, uma nova perspectiva quanto ao conceito de acumulação, uma politização efectiva das «escolhas tecnológicas» e dos «métodos de gestão», uma larga confiança na iniciativa das massas. A ideia, por exemplo, de «desenvolver com investimento mínimo» (dando à expressão *investir* o sentido corrente de «acumulação de capital morto» ou de «bens de equipamento») é particularmente rica⁵². Ela é bem conhecida das «fases de reconstrução». Um exemplo: quando, após uma guerra, duas empresas com ligações económicas contínuas (uma abastecendo a outra de matérias-primas, por hipótese) se encontram separadas por uma ponte destruída e, portanto, paralisadas, um escasso investimento para reparar a ponte permitirá um aumento substancial de produção, já que ambas as empresas poderão laborar. A rápida reconstrução dos países europeus no pós-guerra foi, em grande parte, resultado de tais acções de eliminação de estrangulamentos. De passagem, diga-se que, numa fase pós-revolucionária, a aplicação deste princípio pode ser da maior importância na luta contra o famoso «caos económico», podendo mesmo ser generalizado a outros aspectos. De facto, em tais situações, em que a destruição física é mínima, verificando-se sobretudo uma grande «desarticulação

⁵² Mao exprime esta ideia já em 1957: «Para a maior parte das nossas empresas não é esse género de construção [unidades de grande dimensão] que se impõe: há que criar mais empresas de pequena e média dimensão, e também utilizar plenamente a base industrial legada pela antiga sociedade, trabalhar o mais economicamente possível e fazer mais coisas com menos dinheiro» (QE, p. 142; sublinhado — J. M. P.).

económica», esta pode ser combatida eliminando, com baixo «custo social», os «estrangulamentos sociais» então determinantes: o simples curto-circuito de numerosos mecanismos burocráticos tradicionais pode ter, por exemplo, um efeito espectacular.

Já num período de arranque para o socialismo, o conceito é efectivamente inovador, e confronta-se de imediato com a ideia corrente de que um rápido desenvolvimento das forças produtivas passa pela necessidade de um investimento concentrado na grande indústria de bens de equipamento, tecnologicamente avançada. Ora o caso chinês parece indicar que o efeito político-ideológico de uma descentralização, no sentido acima expresso, pode compensar largamente os inconvenientes de uma centralização-burocratização, em que as massas são objecto passivo de decisões tomadas no «centro». A racionalidade aparente das decisões económicas tomadas «de cima», na hipótese de que só «de cima» é possível controlar todas as variáveis do desenvolvimento, acaba por se constituir numa irracionalidade, não só porque escasseiam normalmente os dados que suportariam a justeza dessas decisões, como lhes escapa a realidade concreta das relações sociais reais, a dimensão política e ideológica dos processos «reais» a nível regional e local. Além disso, a «distância», quer física quer social, entre o «lugar de decisão» e o «lugar de aplicação» não permite qualquer controlo articulado, caindo-se simultaneamente na burocratização inútil e numa anarquia com ar de «planificação». I. Joshua diz, a propósito de Cuba (em particular do sector agrícola, onde trabalhou vários anos): «As relações de produção “explícitas” [jurídicas] nem sempre, necessariamente, “cobrem por completo” as relações de produção “subjacentes” [a que acima chamámos “reais” — J.M.P.]. A “inadequação” pode ser devida a um desconhecimento das relações de produção subjacentes, quando do estabelecimento das relações de produção explícitas; mas pode ser devida também (e muitas vezes assim é) à intervenção de outros “níveis” políticos, ideológicos, etc.» (ORP, p. 2). «É no quadro desta

inadequação das relações de produção que é possível compreender as leis do aparecimento e do desenvolvimento da “burocracia económica”» (*idem*, p. 65).

Para além do que já dissemos a propósito do «modelo de desenvolvimento» chinês, parece-nos útil ainda acentuar alguns aspectos referidos por Bettelheim. *Sobre os critérios de investimento*: «Na China, onde as leis de reprodução capitalista estão a ser destruídas, constata-se que o progresso técnico toma uma outra forma e que pequenas unidades de produção modernas podem ser tanto ou mesmo mais eficientes que as grandes; por exemplo, os custos de produção podem ser nelas mais baixos, ao mesmo tempo que exigem menos investimento por unidade de capacidade de produção. Um exemplo notável é constituído pelas pequenas unidades de adubos azotados duma capacidade de alguns milhares de toneladas que estão a funcionar num grande número de distritos rurais. Estas fábricas utilizam pequenos compressores que, por sua vez, dada a sua dimensão, podem facilmente ser produzidos em fábricas rurais» (*RC*, p. 97). É, pois, *mesmo no plano económico*, a própria noção de «economias de escala» que é posta em causa. *Sobre a cooperação socialista* e, portanto, a eliminação de desperdícios típicos da economia concorrencial: «Um segundo exemplo [o primeiro dizia respeito à poluição] diz respeito à procura da qualidade e da durabilidade dos produtos graças a uma cooperação estreita entre as empresas produtoras e as empresas utilizadoras, assim como entre as primeiras e os consumidores. (...) Os resultados obtidos correspondem essencialmente aos interesses dos utilizadores e não aos dos produtores» (*idem*, p. 73). Acrescentamos que isto só é possível, por um lado, numa economia muito descentralizada, em que as relações produtores-consumidores são muito mais íntimas, e, por outro, que revela uma preocupação — política, não económica — no sentido da produção de valores de uso, e não de valores de troca. É o inverso da «obsolescência planificada» que conhecemos nas sociedades capitalistas. *Sobre as relações entre os «grandes sectores»*: «A divisão

entre os Departamentos I (meios de produção) e II (bens de consumo) da economia volta a encontrar-se no socialismo, mas o conteúdo desta divisão é profundamente modificado. O Departamento I não tem exclusivamente ou maciçamente por função a produção de novas máquinas, ele fornece um apoio diversificado, directo e constante ao conjunto das unidades de produção a fim de que elas possam transformar os seus próprios meios de produção» (*idem*, p. 96).

Esta última citação restitui-nos à problemática da lei de Preobrajensky. O desenvolvimento simultâneo, conjugado e descentralizado da indústria e da agricultura permite ultrapassar a noção de acumulação de um sector à custa de outro. Porque, e isto é fundamental, a lei enunciada por Preobrajensky diz respeito *não apenas* à fase em que coexistem um sector estatal e um largo sector privado (por isso lhe chama acumulação primitiva), mas ela é logicamente extensível à fase em que os meios de produção já estão, no essencial, colectivizados. De facto, tal colectivização, só por si, não elimina as relações de produção «subjacentes» (na expressão de Joshua), e a acumulação, centrada no Sector I — identificado à indústria de bens de produção —, deverá logicamente continuar a efectuar-se «à custa» dos restantes. Só que, nessa altura, são os próprios órgãos centrais a «organizar», através do Plano e dos preços planificados, esse tipo de acumulação. A lógica de uma descentralização não mercantil (no sentido em que não representa um reforço dos mecanismos de mercado) está justamente em combinar certos sectores e actividades de «decisão central» com sectores e actividades de decisão regional e local, mas *em todos os níveis* fazendo uma integração tão completa quanto possível dos aspectos económico, político e ideológico. Isto significa que as «transferências» necessárias entre sectores, para efeito de acumulação socialista, se não efectuem, como no modelo de Preobrajensky (e na prática estaliniana subsequente), de forma a que largos milhões de trabalhadores *se sintam* de facto explorados por uma entidade central a milhares de quilómetros de distância, e sem quaisquer hipóteses

de controlo. A cada nível, e em particular aos níveis mais descentralizados, dos «sistemas agro-industriais» elementares, os trabalhadores *tomam consciência* das transferências necessárias, *participam* na gestão (não só económica, mas sobretudo política) dessas transferências e na repartição dos «sacrifícios» que representam, o que elimina justamente a noção de «exploração»: é simplesmente o interesse colectivo assumido desde a base ao topo. Segundo Bettelheim, «uma tal descentralização combina-se efectivamente com um plano na medida em que cada empresa faz passar os interesses colectivos (...) adiante dos seus próprios. Sem esta condição ideológica nenhuma descentralização é compatível com a planificação; nesse caso, haverá que limitar-se a dar ordens imperativas e pormenorizadas e preocupar-se em verificar burocraticamente a sua realização. É sabido o que isso dá» (RC, p. 53).

É importante salientar que nos não move o propósito de afirmar que isto se passa exactamente na China. O próprio Bettelheim o não afirma. Mas que é uma prática desse tipo a única compatível com a «construção do socialismo» — isso parece indiscutível.

CAPÍTULO III

O CASO PORTUGUÊS

A «ORIGINALIDADE DA VIA PORTUGUESA»

«**N**os países da Europa Oriental observa-se, de princípio [1944-45], uma estrutura política e social que deve abrir “uma via própria e original para o socialismo”. Faz-se questão de sublinhar que esta via não é idêntica à seguida outrora pela União Soviética. E como cada país reivindica a originalidade da descoberta dessa via, deveria haver, até à uniformização de 1948, tantos tipos de democracias populares quantos os países. Na realidade, apesar de notáveis diferenças de pormenor, todas as democracias populares da Europa seguem uma evolução paralela que em todas elas se inicia por reformas agrárias e nacionalizações de indústrias. As reformas iniciais de estrutura conduzem assim, em todos eles, a sistemas económicos mistos compostos de três sectores: o sector público, o sector cooperativo e o sector privado» (Jan Marczewski, *PDP*, p. 99). O dirigente comunista checo Klement Gottwald, num discurso em Outubro de 46, diz: «Existe uma outra via para o socialismo, para além da ditadura do proletariado e do sistema soviético. Este caminho é seguido pela Jugoslávia, Bulgária, Polónia e Checoslováquia» (citado em *PDP*, p. 111, nota 1). Por essa época também, «a imprensa técnica polaca está recheada de artigos sobre o mérito do “modelo polaco de três sectores” que constitui

uma via original de realização do socialismo» (*idem*, p. 112). E poderiam multiplicar-se idênticas citações. Mais próximo de nós, no Chile de Allende, surge com grande insistência a reivindicação da «via chilena para o socialismo»: via «política» (e não «insurreccional»), pluralista, assente na existência de três sectores bem demarcados na economia — o sector público (ou área social), o sector misto e o sector privado. Entre nós, para não fugir à regra, a própria Constituição, no seu artigo 89.º, diz: «Na fase de transição para o socialismo, haverá três sectores de propriedade dos meios de produção, dos solos e dos recursos naturais, definidos em função da sua titularidade e do modo social de gestão.» São, com toda a originalidade, os sectores: público, cooperativo e privado...¹ Em todos estes casos, a existência dos famosos «três sectores» resultou de uma política decidida de nacionalizações e de reforma agrária. Tudo isto, aliás, também encontramos em processos mais diferenciados como a «via peruana», que nem sequer se afirma oficialmente «para o socialismo», e na «via argelina», que se pretende socialista mas rejeita a luta de classes e a ditadura do proletariado, portanto não marxista. E o mesmo vamos, no fim de contas, descobrir em verdadeiros processos revolucionários como o cubano e o chinês. Só que aí, como na Rússia de 17, essas coisas vão acontecer não *antes* mas *depois* da conquista do poder político.

Que concluir daqui? Muito simplesmente que a «originalidade» de um processo de transição se não pode medir pelas declarações dos dirigentes políticos, nem pelas «grandes medidas revolucionárias» adoptadas por coligações mais ou menos «frentistas»; mas, sobretudo, que só pode haver «vias originais para o socialismo» a partir do momento em que *de facto* se inicie a transição para o socialismo, o que é uma simples evidência. Antes disso, aquelas mesmas declarações destinam-se apenas a esconder compromissos políticos, a mascarar propósitos que nada têm que ver com o socialismo. A *palavra* socia-

¹ Artigo aprovado nas vésperas do 25 de Novembro: em 19 desse mês.

lismo deixa, nessas ocasiões, de ter qualquer sentido, dado que tem um diferente consoante quem a pronuncia. E quanto às medidas, trata-se de um novo enquadramento jurídico, pelo meio do qual se efectua de facto uma transferência da propriedade de meios de produção, mas que *só por si* é insuficiente para identificar um processo de transição, se bem que constitua uma *condição* desse processo — mas podendo, a não se verificarem outras mais decisivas condições, constituir apenas uma «salutar» reforma *dentro* do próprio sistema capitalista. Em Portugal, a «originalidade» foi ao ponto de se falar em «via social-democrata para o socialismo», coisa que deve ter feito a hilaridade do mais sisudo social-democrata europeu, que há muito deixou de prometer qualquer espécie de socialismo fosse a quem fosse². Até o próprio C. D. S., ao propor uma emenda ao artigo 2.º da Constituição, falava na «via original para o socialismo português»! (ver Silva Lopes, *Constituição Anotada*, p. 20). A tónica da originalidade não morreu, sequer, com o 25 de Novembro. Poucos dias depois, o deputado António Reis, do P. S., abordou na Constituinte esta questão. Curiosamente, depois de afirmar que «a tão apregoadada originalidade da Revolução Portuguesa parece dissolver-se numa amálgama de revoluções estrangeiras, montagem de cópias, e ainda por cima más cópias, de modelos estrangeiros», ele próprio manifesta a «esperança de que ainda estamos a tempo de, por entre esta floresta confusa, delinear-mos, em paz e tolerância, uma via original própria para um socialismo democrático consequente». A originalidade desta via estará em que «a direcção política do processo revolucionário com-

² Note-se que nem sequer foi só o P. P. D. a falar disso. O simples facto de estar no Governo e de permanentemente serem necessários «compromissos impossíveis» levou a que, por exemplo, se escrevesse num texto do M. F. A. intitulado «Para Uma Definição dos Princípios Ideológicos da Revolução Portuguesa» o seguinte: «Observa-se que a social-democracia é, em última análise, uma via para o socialismo e, por conseguinte, com cabimento nestes princípios», embora logo a seguir se sublinhe «que pode ser também uma maneira de evitar a sociedade socialista» e se acentue que «a História não fornece nenhum exemplo de objectivo conseguido» (in *M. F. A. — Motor da Revolução Portuguesa*, Edições Diabril, p. 140).

pete, pois, em última instância, aos órgãos de soberania legislativa e executiva» (citado em *Jornal Novo*, 12-12-75). Absurdo... mas original!

Há, obviamente, especificidades próprias a cada formação social, quer nas fases pré-revolucionárias, quer após a revolução. São as próprias condições internas da luta de classes, o estágio de desenvolvimento económico (nomeadamente capitalista) atingido, a «posição» no sistema imperialista mundial (países colonizados, semicolonizados, países da franja subimperialista, etc.) que determinam essas especificidades, que fazem com que não haja dois processos *iguais*. Mas há, como vimos nos primeiros capítulos, certas constantes (ou «leis tendenciais») que se manifestam em todos os processos de transição (incluindo, recordamos, as fases pré-revolucionárias) e cuja «presença actuante» acaba, em última análise, por conferir uma lógica interna ao desenrolar dos acontecimentos e ao seu próprio desfecho. O mesmo é dizer que essas constantes são mais úteis para interpretar o processo, e até mesmo para *agir* dentro dele, do que as especificidades que as recobrem e desfiguram. Dá-se mesmo o caso de que algumas dessas constantes são apresentadas como especificidades, o que tem conseqüências consideráveis. Na situação pré-revolucionária portuguesa temos um exemplo, entre muitos outros, de tal «transfiguração»: as acções de massas a que geralmente se deu o nome de «poder popular». As ocupações de casas, de terras, de empresas, as iniciativas de base (clínicas populares, infantários, grupos culturais, etc.) foram frequentemente referidas como uma «originalidade» da Revolução Portuguesa. Mesmo numerosos jornalistas e observadores estrangeiros, que muitas vezes se crê mais bem informados (e formados) politicamente³, não fugiram a entusiasmos fáceis e viram na emer-

³ Mito que cairia facilmente se tivéssemos tempo de ler as barbaridades que muitos «bem-intencionados» (dos outros nem interessa falar) foram escrevendo sobre Portugal depois do 25 de Abril — e que nos daria uma medida do que nos fazem engolir sobre o que se passa em outros países. Recordamos apenas uma famosa crónica de Claude Roy no *Nouvel Observateur*, por volta de Maio/Junho de 74!

gência dessas iniciativas populares algo de espectacularmente novo, germe do «socialismo» com que sonham pelo menos desde Maio de 68. É claro que bastava terem lido algo sobre outras situações pré-revolucionárias para constatarem que essa «explosão popular» é uma constante: verifica-se sempre que a burguesia se encontra incapacitada de fazer respeitar a *sua* «legalidade», ou seja, perdeu a capacidade de repressão, não só física mas, principalmente, ideológica. Compreende-se, em contrapartida, pois era o primeiro caso — e até hoje o mais «estruturado» —, que Lenine tenha dito, em Abril de 17, «a nossa revolução tem de eminentemente original o facto de ter criado a *dualidade do poder*» (*O-II 1*, p. 14). Como atrás expusemos, isso que então era uma «originalidade», pode hoje ser considerado uma constante, ainda que tal dualidade apresente características e níveis de intensidade variados segundo as circunstâncias concretas.

Outro apontamento curioso, a este respeito, tem que ver com a expressão, cara ao nosso Partido Socialista, do «socialismo de miséria». Acelerar de imediato a introdução de medidas estruturais de carácter socialista seria, na situação portuguesa e segundo essa tese, «socializar a miséria»⁴. E a isso «opõe-se com todas as forças o Partido Socialista!» Também esta ideia, bem como o seu substrato teórico, nada tem de

⁴ Já tivemos ocasião de combater esta tese ao comentar o «Programa de Política Económica e Social», de Fevereiro de 75: «Na situação actual do País, pôr-se desde já a questão do socialismo é, segundo o tal realismo político, enveredar pela “socialização da miséria”. Parece evidente, quando nos recordamos dos famosos cálculos que, em Maio de 74, levaram à fixação do salário mínimo: o rendimento nacional, sem descontar nada para investimentos, dividido por todos os “activos”, andava pela ordem dos seis mil escudos. Mas é então, por isto mesmo, absurdo apostar em que será o sistema que a tal situação de miséria nos conduziu aquele que, mesmo “controlado”, melhores garantias oferece para nos levar ao momento em que já se poderá socializar a “riqueza”. Pelo contrário, dir-se-ia que só rompendo rapidamente com os entraves, internos e externos, que tal sistema opõe ao desenvolvimento económico de qualquer país “dependente” se poderá caminhar aceleradamente para o almejado enriquecimento (que está longe de ser apenas material). Se compararmos as rupturas soviética, cubana ou chinesa com as vias de não ruptura de um Brasil ou de uma Índia (para não citar mil outros exemplos), compreender-se-á até que ponto aquele argumento releva, antes, do irrealismo político» (in *Debate sobre o P. P. E. S.*, p. 52).

original. Em fins de 17, o socialista francês Charles Rapoport exclamava, a propósito da Revolução Russa: *On ne socialise pas la misère!* (citado por V. Serge em *L'An I de la Revolution Russe*, vol. III, p. 70, nota 20). E comentava Victor Serge, a propósito: «Sendo impossível o socialismo da miséria, nada mais havia do que deixar a burguesia... organizar em seu proveito, sobre as ruínas acumuladas pela guerra, a miséria dos trabalhadores. Tal era a pobre lógica do reformismo. Rapoport, sonhando, para a Rússia, com uma democracia parlamentar, incitava os bolcheviques a “salvar a Revolução convocando a Constituinte!”» (*op. cit., idem*). Também é curioso referir a expressão «asiatização da Europa» que Bukharine cita (ver referência bibliográfica n.º 72) como sendo utilizada por aqueles que temem uma revolução nos países capitalistas ocidentais. O nosso Partido Socialista actualizou-a, recusando várias vezes, pela boca dos seus dirigentes, a «albanização de Portugal». Como se vê, nada de original. Quanto aos fundamentos teóricos desta posição, eles podem afinal ir buscar-se ao próprio pensamento marxista (talvez por isso o Partido Socialista se afirma «não marxista mas de inspiração marxista»...), e restituem-nos ao confronto que se deu no princípio deste século, até ao desmascaramento da maior parte dos partidos socialistas e sociais-democratas no momento da eclosão da Primeira Guerra Mundial. O ponto de partida era a tese marxista de que a revolução socialista seria o culminar do desenvolvimento até ao seu limite das contradições do modo de produção capitalista. Daí que, naturalmente, o proletariado viesse a conquistar o poder em primeiro lugar nos países capitalistas mais avançados. A partir da revolução russa de 1905, como já vimos, vão enfrentar-se duas teses: a de que isso é válido *em qualquer circunstância* e, portanto, que nos países em que o capitalismo ainda está pouco desenvolvido ou em que nem sequer ainda se fez a revolução burguesa, há que aguardar, numa posição de «oposição de esquerda», que a democracia burguesa faça o seu percurso histórico «normal», até ao desenvolvimento e concentração da grande indústria

(e do capital financeiro), e conseqüente aumento numérico e fortalecimento do proletariado, para enfim se virem a produzir as condições revolucionárias; e a de que podem surgir condições, em países atrasados ou capitalistas «imatuross», que levem o proletariado a conduzir um processo revolucionário, em aliança com outras classes, e a realizar, substituindo-se à burguesia, a «revolução democrática» — países que, num dado momento, segundo Lenine, constituiriam os «elos fracos» do sistema. Esta questão já ficou acima discutida (e bem assim a que lhe está estreitamente ligada da «revolução permanente»). O que importa aqui assinalar é que aqueles que hoje insistem em se agarrar à primeira tese, que corresponde justamente à ideia de que só se pode «socializar a riqueza» — riqueza essa acumulada previamente pela burguesia —, fecham pura e simplesmente os olhos a todas as experiências revolucionárias que desde 1917 se sucederam. Ora acontece que, antes de 17, se podia atribuir aquelas posições a uma rigidez teórica, uma vez que a prática ainda não viera «dar razão» a nenhuma das partes. Hoje, tal desculpa já não existe. Voltar a falar hoje da «socialização da miséria» é, além de nada original, afirmar a vontade de não fazer a revolução, de não construir o socialismo. É, em contrapartida, propor-se revitalizar e fortalecer um capitalismo dependente (necessariamente) que, nas condições concretas portuguesas, nem sequer poderá aspirar a realizar uma acelerada acumulação de forças produtivas. Por razões que têm que ver com a forma «fascista» que tomou o desenvolvimento do capitalismo em Portugal nas últimas décadas, e com a sua particular inserção no sistema capitalista mundial (logo, na luta de classes à escala mundial), uma vez mais se criaram condições pré-revolucionárias num país de capitalismo não plenamente desenvolvido — embora já não predominantemente agrícola. A origem e os fundamentos de tal situação são, como não podia deixar de ser, *específicas* da formação social portuguesa; a situação, em si, nada tem de especialmente original. Como o não são, mesmo dentro da nossa especificidade histórica, as soluções «não revolucionárias» que

nos propõem. Basta recordar o que, na sua visão impressionista, dizia Oliveira Martins, em fins do passado século, ao prefaciá-la a terceira edição do *Portugal Contemporâneo*: «Parece-me ter-se chegado ao terceiro momento em que, no decurso de dois séculos e meio, a Nação Portuguesa se encontra perante uma interrogação vital. Há ou não há recursos bastantes, intelectuais, morais, sobretudo económicos para subsistir como povo autónomo, dentro das fronteiras portuguesas? O primeiro desses momentos data de 1640. (...) Foi necessário o concurso da Europa para assegurar a independência portuguesa, utilizando as inimizades das potências e salariando opiamente os nossos defensores. (...) Feita a paz com a Espanha, Portugal independente parecia perdido, tanta era a desolação e a miséria deste povo reduzido à condição de ilotas dos espartanos bretões que o tutelavam. Portugal salvara-se das garras da Espanha para cair nas da Inglaterra. (...) É fora de dúvida que, a prolongar-se uma tal situação, ou Portugal se teria tornado um outro Gibraltar, mais amplo, ou teria caído sob o domínio da Espanha, na primeira das comoções da Europa.» Mas «perdida a Índia, restava o Brasil. (...) O ouro e os diamantes do Brasil foram como a transfusão de sangue em um organismo endémico. (...) A autonomia portuguesa foi outra vez efectiva, como antes de 1580; mas essa independência dependia dos rendimentos americanos, com que D. João V tornou Portugal uma cena de ópera ao divino, e Pombal o teatro trágico de uma revolução teórica». Sobrevém então o «tumulto napoleónico», com a fuga do rei para o Brasil, a nova intervenção inglesa e a independência do Brasil, e daí que, a partir de 1825, «pela segunda vez, se inquirisse se Portugal, reduzido aos recursos próprios do seu território, tinha ou não recursos para subsistir como nação independente». Passados os abalos da guerra civil, «a dois séculos de distância, no meado do século XIX, havia a mesma desesperança na estabilidade do País, a mesma convicção da insuficiência dos seus recursos para subsistir. (...) O programa de *fomento* [lançado pelo Fontismo a partir dos

anos 50], em um país extenuado e exangue, seria um sonho se a sua apresentação não coincidissem com o período de máxima expansão do capitalismo [europeu] neste século. Portugal pareceu por largos anos um bom país a explorar e as bolsas europeias, passando a esponja do esquecimento sobre as bancarrotas passadas, abriram os seus cofres. Outras minas se tinham achado, outro Brasil surgiu!» Mas «como se sustentava o castelo português? De um modo simples: primeiro suprindo a escassez do trabalho interno pelos subsídios oficiais, salariando a ociosidade e pagando-a com o produto dos empréstimos; segundo, saldando anualmente a conta económica da Nação com a exportação de gado humano». Simplesmente, «há já três anos [O. M. escreve em 1894] que soou para Portugal o quarto de hora de Rabelais. A um tempo, a baixa de câmbio secou a corrente das remessas da emigração do Brasil; e a ruína do crédito estancou a fonte de rendimentos dos empréstimos. (...) Pela terceira vez se formula a mesma pergunta». E Oliveira Martins, descrente de que «o acicate da miséria» seja capaz de despertar as energias internas, conclui desencantadamente: «Mais uma vez ainda, a tábua de salvação está no mundo ultramarino e na vida airada e aventureira cuja sorte já salvou Portugal no século XVII e neste. Consolide-se a ordem no Brasil, suba a taxa de câmbio, e os quantiosos valores aí represados voltarão, pelo menos em parte, a regar as terras portuguesas. Por outro lado, também, já hoje a África Ocidental, com o seu rápido desenvolvimento económico, entra por muito na ponderação da balança portuguesa. (...) Salvar-nos-á, no século XIX, Angola, como nos salvou o Brasil no século XVII?» (*op. cit.*, pp. 10 a 18). Não interessa aqui historiar o que entretanto ocorreu. O facto é que nos encontramos em mais um momento bastante similar àqueles a que o historiador se referiu. Não foi precisamente a mesma pergunta que surgiu imediatamente após o 25 de Abril: «Portugal pode viver sem as colónias?» Pois, de novo nos vêm propor o esquema de há um século: restabeleça-se o capitalismo mundial da sua última crise, mante-